

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Filosofia

Dissertação de Mestrado

O Deontologismo e o Problema da Justificação Epistêmica

João Benjamin Valença Albuquerque

Orientador:

Prof. Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida

Porto Alegre

2006

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Dissertação de Mestrado

**O DEONTOLOGISMO E O PROBLEMA DA JUSTIFICAÇÃO EPIS-
TÊMICA**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia, área de concentração em Teoria do Conhecimento e Filosofia da Linguagem, no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

João Benjamin Valença Albuquerque

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida

Porto Alegre, Dezembro de 2006

Dedico esta dissertação à memória da minha mãe. Pessoa de importância fundamental na minha formação humana.

Agradecimentos

Aos meus pais, Abel e Conceição, pela vida e por me ensinarem que a educação é tudo para o ser humano.

À minha esposa Bárbara, por seu amor e pela sua constante e indispensável presença ao meu lado.

Ao Prof. Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida, pela sua orientação, amizade, apoio e incentivo ao meu trabalho.

À CAPES, pela bolsa de estudos, que permitiu a realização deste trabalho.

Aos amigos do mestrado, com os quais tive o prazer de estudar e filosofar durante a minha estada na PUC.

Ao programa de Pós-graduação da PUCRS, pela estrutura e acompanhamento. Aos professores pelos valiosos ensinamentos que me passaram. Aos secretários, Denise e Marcelo, pela disponibilidade e dedicação.

(...) Se filosofar é ser amigo do saber, deveremos procurar o filósofo numa posição intermediária entre o saber e a ignorância.
(PLATÃO, *Lísis*.)

SUMÁRIO

RESUMO / 06

INTRODUÇÃO / 07

1. DEFININDO O CONHECIMENTO: O problema da *justificação epistêmica* / 14

1. É o conhecimento apenas crença verdadeira? / 14

1.1 Crença, verdade e justificação como condições do conhecimento / 16

1.2 O conhecimento como crença verdadeira justificada e o problema de Gettier / 19

1.2.1 A Teoria Causal / 22

1.2.2 A Teoria da Anulabilidade / 24

2. A CONCEPÇÃO *DEONTOLÓGICA* DE ‘JUSTIFICAÇÃO EPISTÊMICA’ / 27

2. Deontologia e Internalismo: As raízes do Deontologismo e o Dever Epistêmico / 27

2.1 O que é justificação epistêmica deontológica / 29

2.1.1 O Dever Epistêmico e o Voluntarismo Doxástico / 32

2.1.2 O Involuntarismo Doxástico / 34

2.1.3 O Voluntarismo Doxástico / 40

2.1.4 O Evidencialismo e o ‘fim epistêmico’ / 43

2.1.5 Evidencialismo e Valor Epistêmico / 46

2.1.6 Algumas objeções ao Evidencialismo / 47

2.2 Subjetividade e Objetividade na justificação Ética e Epistemológica / 54

2.2.1 Subjetividade e Objetividade na Epistemologia / 56

2.2.2 Feldman e a Tese da Equivalência / 61

2.2.3 Alston e a objeção a Tese da Equivalência: o problema da falácia do jogador / 63

2.2.4 Uma objeção Cética a Tese da Equivalência / 65

2.3 Justificação Epistêmica e Normatividade / 66

2.3.1 Os Julgamentos Éticos como Paradigma de Normatividade / 69

2.3.2 Regras e Normatividade / 71

2.3.3 Objetivo, Fim e Normatividade / 74

3. CONCLUSÃO / 80

4. BIBLIOGRAFIA / 82

Resumo

Apresentaremos nesta dissertação um modelo do chamado Deontologismo Epistêmico e a sua relação com o problema da Justificação Epistêmica. Esta relação será analisada através de um paralelo traçado entre a Ética e a Epistemologia utilizando os termos *dever* e *obrigação*. Esse paralelo vai se dar entre o principal objeto da avaliação moral, que é o *ato* (enquanto avaliação de conduta), e o principal objeto da avaliação epistêmica, que são as *crenças*. Isso se faz importante dado o *caráter normativo dos conceitos epistêmicos*. O nosso debate vai se dar entre aqueles epistemólogos que defendem uma concepção deontológica da justificação epistêmica e os que se opõem a esta concepção. Há uma tendência geral em fazer uma defesa mais natural do deontologismo epistêmico com base na idéia da *possibilidade de um controle voluntário de nossas crenças epistêmicas* (Voluntarismo Doxástico). Já para os críticos do deontologismo epistêmico (Involuntarismo Doxástico) é pouco provável que os argumentos do *voluntarismo doxástico* sejam cogentes. Contudo, Richard Feldman, em seu *Ethics of Belief*, defende a legitimidade do difundido uso da linguagem deontológica sobre crenças. Segundo ele, nós podemos ter exigências, permissões epistêmicas, etc, mesmo se o voluntarismo doxástico for falso. Assim, desenvolve um argumento apoiado em uma conjunção entre o Deontologismo Epistêmico e o Evidencialismo como resposta aos críticos da *concepção deontológica de justificação epistêmica*.

Palavras-Chave: Justificação Epistêmica, Voluntarismo Doxástico, Involuntarismo Doxástico, Deontologismo Epistêmico, Evidencialismo.

Introdução

Epistemologia e Ética: Justificação, Internalismo e Deontologia

Foi a partir do artigo de Edmund Gettier, que, em 1963, refuta a tradicional idéia platônica de que conhecimento é ‘crença verdadeira justificada’, que muitos epistemólogos reconheceram que o conceito de ‘justificação epistêmica’ já não era mais suficiente para converter uma crença verdadeira em conhecimento. Através de alguns exemplos, Gettier nos mostrou como um sujeito pode ter crença verdadeira e estar justificado em acreditar nesta verdade, e, contudo não obter conhecimento. Isto provocou e tem provocado uma grande ‘lacuna’ na definição do conceito de conhecimento.

Filósofos “*Internalistas*” e “*Externalistas*” se propuseram a preencher esta ‘lacuna’: o internalismo quer uma ‘quarta condição’ — para eles todos os aspectos da justificação de uma crença têm de ser **internos** e cognitivamente acessíveis ao agente epistêmico, ou seja, a relação entre a *evidência* e o que é justificado pode ser internamente acessível¹ — enquanto o externalismo defende que apenas ‘uma condição’ seja adicio-

¹O argumento mais explícito usado para a idéia de uma acessibilidade interna, por parte do agente epistêmico, procede da concepção ‘deontológica de justificação’, que afirma que uma crença está justificada somente se ter a crença não viola nenhuma ‘obrigação’ ou exigência intelectual, ou seja, somente se ao agente epistêmico for ‘permitido ter a crença’. Ver em William P. Alston. *Internalism and Externalism in Epistemology*. In CRAIG, E. (Ed). Routledge Encyclopedia of Philosophy. London and New York: Routledge, 1988, pp.821

nada à crença verdadeira para que esta se torne conhecimento. Segundo ele, alguns aspectos da justificação da crença são **externos e inacessíveis** à consciência do agente epistêmico.

Na tradição epistemológica, alguns filósofos entendem que o conceito de ‘justificação epistêmica’ é *normativo*². E essa tendência tem levantado debates de grande interesse para a epistemologia contemporânea, já que a fonte e a natureza da normatividade têm sido colocadas em questão, dividindo os filósofos entre aqueles que defendem uma teoria ‘deontológica’ da justificação, ou seja, aqueles que usam termos ‘deônticos’ semelhantes aos usados na Ética, tais como: ‘dever’, ‘obrigação’, e ‘permissão’; e os que defendem uma teoria ‘não-deontológica’ da justificação.³ O deontologismo procura explicar os conceitos epistêmicos usando termos normativos, como, por exemplo, na epistemologia contemporânea de Roderick Chisholm, que recorre à noção de ‘dever intelectual’⁴ para explicar o conceito de ‘justificação epistêmica’.

Existem argumentos na Ética que dizem que cumprir ou não violar deveres morais implica a habilidade para cumpri-los ou não violá-los. Neles, uma pessoa pode ser ‘responsabilizada’ pela execução de um ato somente se a execução deste ato resultar de um ‘controle voluntário’ que ela tenha sobre o próprio ato. Contudo, alguns estudos colocaram em dúvida o fato de que as pessoas possam ter habilidade para controlar suas crenças do mesmo modo que fazem com suas ações (involuntarismo doxástico).

² Ver em Conee, E. *Normative Epistemology*. In CRAIG, E., op. cit., pp.35-38.

³ “Alston’s ... account is staunchly anti-deonticist. He opposes the idea that epistemic justification is a normative concept, one that invokes principles that should guide us in forming or maintaining beliefs, principles that tell us under what sorts of circumstances adopting or continuing a belief with this or that content would be epistemically permissible. His reason is that he thinks belief is never subject to voluntary control and, since ‘ought’ implies ‘can’, adopting or withholding or continuing a belief cannot be subject to any ‘ought’: it takes no sense to say that I ought not to have a certain belief if I could avoid having it...”. Ginet, Carl. *Alston on Epistemic Justification*, p.37. Battaly, Heather. In *Perspectives on the Philosophy of William P. Alston*. Lanham : Rowman & Littlefield, 2005.

⁴ “We may assume that every person is subject to a purely intellectual requirement: that of trying his best to bring it about that for any proposition p he considers, he accepts p if and only if p is true. (...) One might say that this is the person’s responsibility or duty *qua* intellectual being”. Roderick Chisholm (1966). *Theory of Knowledge*, p.14.

Tanto a Epistemologia como a Ética se preocupam com avaliações: a ética com a avaliação de conduta e a epistemologia com a avaliação de *crença* e outros *atos cognitivos*. E, sendo assim, um dos grandes interesses dos filósofos, nessa área, é o de como essas duas visões se relacionam entre si. O estudo a esse respeito pode ser dividido em duas grandes categorias: na primeira delas, os filósofos procuram *uma potencial 'analogia' entre os dois campos*; na segunda, eles tentam *identificar uma conexão necessária ou conceitual entre estes dois campos*.⁵

Um dos paralelos que podemos traçar entre as teorias epistêmicas contemporâneas e as teorias éticas modernas é que, do mesmo modo que, na Epistemologia, o lugar da avaliação é a crença individual, na Ética o lugar desta avaliação é o ato individual. E, dentro deste paralelo, podemos situar a discussão entre o conceito do 'agir correto' e o de crença justificada, onde estar justificado, pode-se dizer, é uma forma de estar correto.⁶ Assim, dizer que 'S está justificado em crer que p' é análogo a 'S está moralmente correto em crer que p'. Contudo, *cumprir ou não violar deveres intelectuais é suficiente para tornar uma 'crença justificada'*? A busca por uma resposta a esta pergunta nos leva a uma outra importante analogia, que podemos identificar entre a ética e a epistemologia, que é a distinção entre uma justificação *subjetiva* e justificação *objetiva*.⁷ Nesta analogia, alguns filósofos identificam a noção deontológica com justificação epistêmica subjetiva e outros com justificação epistêmica objetiva.

A Concepção Deontológica de 'Justificação Epistêmica': Dever Epistêmico e Voluntarismo Doxástico

A concepção Deontológica de justificação epistêmica envolve duas idéias-chave. A primeira é de que (i) enquanto seres intelectuais, nós estamos comprometidos com um fim 'epistêmico', que é o de crer no que é verdadeiro e não crer no que é fal-

⁵ Ver em Feldman, Richard. *Epistemology and Ethics*. In CRAIG, E., op. cit., pp.365-370.

⁶ Linda Zagzebski, explorando a analogia entre o modelo ético e o modelo epistemológico, afirma que: "(...) não é surpresa que o tipo de teoria moral da qual estas teorias tomam emprestado conceitos morais são quase sempre uma teoria baseada em ato, ou deontológica ou consequencialista. (Zagzebski, Linda. *Virtues of the Mind: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge*. Cambridge University Press, 1996, p.7).

⁷ Ver em Feldman, Richard. *Subjective and Objective Justification in Ethics and Epistemology*, The Monist, Vol. 71, No.3, July 1988, pp.405-418.

so; e a segunda (ii) de que isto nos impõe deveres epistêmicos. Assim, **S** está deontologicamente justificado em crer que **p** se e somente se **S** crer que **p**, e não é o dever de **S** não crer que **p**.⁸

De acordo com o tradicional conceito de responsabilidade moral, ter uma obrigação moral requer do sujeito um ato ‘voluntário’. Segundo Roderick Chisholm, “se um homem é responsável por um certo evento, (...) este evento foi produzido por um ‘ato’ seu e está em seu poder tanto realizá-lo como não realizá-lo”.⁹

Essa mesma visão sobre responsabilidade é aplicada ao Dever Epistêmico, assim, se eu for epistemicamente responsável por uma crença minha, então deve estar em meu poder tanto manter como não manter tal crença. Na Ética, a aplicação de termos como ‘dever’, ‘direito’, ‘obrigação’, ‘permissão’, exige que o comportamento do agente moral seja livre e ‘voluntário’. Analogamente, na epistemologia, para a avaliação de crenças, deveria existir algum tipo de controle voluntário (*Voluntarismo Doxástico*) sobre elas — nesse sentido, formar, rejeitar ou manter crenças deve ser semelhante, em algum aspecto, à execução de ações.

Alguns epistemólogos não concordam com a idéia de que exista algum tipo de ‘controle voluntário’¹⁰ sobre as nossas atitudes doxásticas (crer, descrer e suspensão de juízo). A principal objeção à existência de obrigações epistêmicas vem do *Involuntarismo Doxástico*. Para eles, é duvidoso acreditar que crenças estejam, em algum senti-

⁸ “**S** is justified in believing **p** if and only if **S** believes **p** it is not **S**’s duty to refrain from believing **p**”. Matthias Steup. *An Introduction to contemporary epistemology*. New Jersey: Prentice-Hall, 1996, p.74.

⁹ “(...)if a man is responsible for a certain event or a certain state of affairs, then that event or state of affairs was brought about by some act of his, and the act was something that was in his power either to perform or not to perform”. Roderick Chisholm (1966). *Theory of Knowledge*, p.12.

¹⁰ “(...) this conception of epistemic justification is viable only if beliefs are sufficient under voluntary control to render such concepts as *requirement*, *permission*, *obligation*, *reproach*, and *blame* applicable to them. I will be arguing in this paper that (a) we lack what I will call direct voluntary control over beliefs”. Alston, W. The Deontological Conception of Epistemic Justification. Reprinted. In Alston, W. *Epistemic Justification: Essays in the Theory of Knowledge*. Ithaca: Cornell University Press, 1989, p.118.

do relevante, sob o poder de alguém, ou seja, que uma proposição é algo que um sujeito mantém voluntariamente. Desde modo, “quando eu vejo uma árvore ou o céu, não é habitual estar dentro dos limites do meu poder recusar tal proposição como *existe uma árvore lá* ou *o céu está azul*”¹¹.

Assim, críticos¹² do Deontologismo Epistêmico têm argumentado que, por causa deste fato de que a maioria, senão todas, as nossas crenças são *involuntárias*, elas não estariam sujeitas ao chamado **dever epistêmico**. O chamado *argumento involuntarista* quer demonstrar, assim, que não possuímos nenhum tipo de controle ou de vontade sobre nossas *crenças*.

O Argumento Involuntarista.¹³

1. Se julgamentos deontológicos sobre crenças são verdadeiros, então pessoas têm controle voluntário sobre suas crenças.
2. Pessoas não têm controle voluntário sobre suas crenças.

-
3. Julgamentos deontológicos sobre crenças não são verdadeiros.

*Alston e a Tese da ‘Inabilidade Contingente’*¹⁴

Para Alston, pessoas raramente possuem algum tipo de controle voluntário sobre suas atitudes doxásticas. Segundo ele, “quando eu vejo um carro descendo a rua, eu não sou capaz de crer ou descrer nisso pela vontade; (...) Quando eu olho para fora da minha janela e vejo chuva caindo, água gotejando das folhas das árvores (...), eu formo

¹¹ “(...) note that in the typical case where a belief suggests it self it is not the case that is within my power to accept it and within my power to reject it. When I see a tree, or the sky, it is ordinarily not within my power to withhold such proposition as *there’s a tree there or today the sky is blue*”. Plantinga, Alvin. *Warranty: The Current Debate*. Oxford: Oxford University Press, 1993, p.24.

¹² William Alston (1988), Alvin Plantinga (1993), Alvin Goldman (1999).

¹³ Feldman, Richard. *The Ethics of Belief*. Philosophy and Phenomenological Research 3, 2000, p.669.

¹⁴ Essa tese afirma que pessoas não são capazes de adquirir crenças voluntariamente. Feldman, Richard. *The Ethics of Belief*, op. cit., pp.670-671.

a crença de que a chuva está caindo, quer queira, quer não”¹⁵. Alston distingue quatro tipos de controle voluntário sobre atitudes doxásticas¹⁶: (1) Controle voluntário imediato básico; (2) Controle voluntário imediato não-básico; (3) Controle voluntário de longo alcance; e (4) Influência voluntária indireta. Dos quatro tipos de controle voluntário sobre crenças, o único que mantém ainda vivo o Deontologismo Epistêmico é a influência voluntária indireta; contudo, esse tipo de controle não é considerado, por Alston, como relevante. Logo, o voluntarismo doxástico seria falso.

Os epistemólogos possuem três tipos de resposta para o ‘argumento involuntarista’: (i) Eles podem argumentar que temos algum controle sobre nossas crenças, rejeitando assim a premissa (2); (ii) que os julgamentos deontológicos não possuiriam implicações voluntárias, rejeitando, com isso, a premissa (1); (iii) e, finalmente, eles podem aceitar o argumento e admitir que termos familiares ao deontologismo, usados na avaliação epistêmica, realmente não são aplicáveis.

Resposta ao Argumento Involuntarista

Richard Feldman, em seu *Ethics of Belief*, tem como objetivo defender a legitimidade do difundido uso da linguagem deontológica sobre crenças. Ele defende a afirmação de que nós podemos ter exigências, permissões epistêmicas, etc., mesmo se o voluntarismo doxástico for falso. Feldman também procura utilizar a conjunção entre o Deontologismo Epistêmico e o seu Evidencialismo para dar suporte às suas idéias. Em *Ethics of Belief*, já não fala mais de obrigações epistêmicas, mas sim de deveres epistêmicos. Aqui, Feldman abandonou o modelo contratual (acadêmicas e legais) de obrigações epistêmicas e assumiu um novo modelo, no qual deveres epistêmicos surgem como resultado do desempenho de algum papel. Assim, Feldman parece propor que deveres epistêmicos surgiriam analogamente a essa visão mais estreita de dever. Tais

¹⁵ “With respect to almost all normal perceptual, introspective, and memory proposition, it is absurd to think that one has any such control over whether one accepts, rejects, or withholds the proposition. When I look out my window and see rain falling, water dripping off the leaves of trees, and cars passing by ... I form the belief that the rain is falling willy-nilly. There is no way I can inhibit this belief”. Alston, William. *The Deontological Conception of Epistemic Justification*. Reprinted. In Alston, W., *op. cit.*, p.129.

¹⁶ Essa distinção será vista mais adiante em detalhes, na seção do “Involuntarismo Doxástico”.

deveres descreveriam o sentido correto para desempenhar a função de formar crenças. Essa visão tem duas virtudes básicas: não necessita surgir de atitudes voluntaristas, nem necessita assumir o voluntarismo doxástico.¹⁷

Este trabalho tem como objetivo a análise do chamado Deontologismo Epistêmico e a sua relação com o problema da justificação epistêmica. A análise tomará como ponto de partida o paralelo traçado por muitos epistemólogos entre os conceitos éticos e os conceitos epistemológicos, já que a maioria deles supõem que justificação epistêmica é um conceito normativo. Contudo, tal normatividade têm sido colocada em questão.

E, como resultado desta análise, o Deontologismo Epistêmico é entendido como: *(i) uma visão que utiliza termos deontológicos para expressar a normatividade do conceito de justificação epistêmica; e (ii) que é possível, sim, o uso de uma linguagem deontológica na análise do conceito de justificação epistêmica.* O nosso trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, começamos analisando a definição clássica do conhecimento e o desafio imposto por Edmund Gettier à ela e, na segunda, que é propriamente o corpo do trabalho, foram analisadas as origens das relações entre os conceitos éticos e epistêmicos, bem como as conseqüências de tais relações para o deontologismo epistêmico e o problema da justificação epistêmica.

¹⁷ “There are oughts that result from one’s playing a certain role or having a certain position. Teachers ought to explain things clearly. Parents ought to take care of their kids. (...) Similarly, I’d say, forming beliefs is something people do. That is, we form beliefs in response to our experiences in the world. Anyone engaged in this activity ought to do it right. In my view, what they ought to do is to follow their evidence (rather than wishes or fears). I suggest that epistemic oughts are of this sort—they describe the right way to play a certain role. (...) Thus, I reject the first premise of the revised Voluntarism Argument ... I conclude that deontological epistemic judgments can be true even if doxastic voluntarism is false”. Feldman, Richard. *The Ethics of Belief.*, *op. cit.*, p.676.

[I] Definindo o Conhecimento: o Problema da *Justificação Epistêmica*

1. **É o Conhecimento apenas Crença Verdadeira?**

A natureza do conhecimento é, indiscutivelmente, uma das grandes preocupações dos filósofos, desde o começo do pensamento ocidental. Desde Platão (e, sem dúvida, muito antes dele), o conhecimento tem sido colocado na mais alta consideração filosófica. Platão entendeu o conhecimento como sendo o elemento mais importante em nossas vidas (Protágoras 352d) e que a única coisa genuinamente ‘má’ que pode acontecer a um homem é estar desprovido deste conhecimento (Protágoras 345b).

A Epistemologia é o ramo da filosofia que se preocupa com a natureza e a extensão do conhecimento humano. O nosso conhecimento parece vir de várias maneiras: nós conhecemos pessoas, lugares e coisas (conhecimento por *familiaridade*); nós sabemos como realizar tarefas (conhecimento por *habilidade ou treinamento*); e nós conhecemos fatos (conhecimento *proposicional*). Contudo, apenas o conhecimento factual é que tem sido o foco central da Epistemologia.¹⁸

¹⁸ Klein, Peter. Knowledge, Concept of. In CRAIG, E., op. cit., pp.266-275.

Então o que é preciso para se conhecer um fato? Nós podemos conhecer um fato apenas se temos uma crença verdadeira sobre ele, assim, **S** sabe que **p** somente se: **S** *crê* que **p** e **p é verdadeiro**¹⁹. Crença e *Verdade* seriam as duas condições do conhecimento. Entretanto, uma vez que algumas crenças verdadeiras são verdadeiras por acaso, a questão central formulada pelos epistemólogos é: “O que converte uma simples crença verdadeira em conhecimento?”.

A resposta tradicional primária tem sido a de que as nossas crenças verdadeiras devem estar baseadas em ‘razões suficientemente boas’ para que possam ser consideradas como conhecimento²⁰. Alternativas à resposta tradicional primária à questão epistêmica central têm sido desenvolvidas, em parte pelas supostas falhas da epistemologia tradicional. Esses pontos-de-vista alternativos alegam que é algo que não envolve boas razões em qualquer medida que distingue as (meras) crenças verdadeiras do conhecimento.

O que deve ser, então, adicionado à crença verdadeira para convertê-la em conhecimento? Uma reflexão inicial sobre a definição platônica do conhecimento, no *Teeteto*, nos mostrou que estas condições básicas necessitam de algo mais que as complementem, para que assim possamos dizer que conhecemos um fato.

O Problema do “Teeteto”

Sócrates — Então, para começar, que diremos, mais uma vez, que seja conhecimento?

Teeteto — Opinião verdadeira é conhecimento. O pensamento certo está isento de erro e tudo o que sai dele é belo e bom.

Sócrates — Uma arte inteira está a indicar que conhecimento não é isso.

Teeteto — Sobre isso, Sócrates, esquecera-me o que vi alguém dizer; porém, agora volto a recordar-me. Disse essa pessoa que conhecimento é opini-

¹⁹ A expressão ‘S sabe que p’ é tomada em seu **sentido** proposicional, no qual ‘S’ é um sujeito epistêmico qualquer, capaz de ter ‘estados mentais’ aos quais atribuímos o *status* de epistêmicos; ‘p’ é uma proposição (enunciado) qualquer; ‘se e somente se’, o condicional que garante que esse conjunto de condições **necessárias** e **suficientes** para que S saiba que p. ‘S sabe que p’ é uma proposição que faz parte de um conjunto que inclui todas as proposições da mente de S (a relação entre estados mentais e sua expressão lingüística); ‘p é verdadeiro’ diz que é o caso que p é verdadeiro; e, finalmente, ‘S está justificado em crer que p’ nos informa que S tem ‘boas razões’ para crer que p ou, mesmo, que S tem o ‘direito de crer que p’.

²⁰ Klein, Peter. Knowledge, Concept of. In CRAIG, E., op. cit., pp.266-275.

ão verdadeira acompanhada da explicação racional, e que sem esta deixava de ser conhecimento. As coisas que não encontram explicações não podem ser conhecidas, sendo, ao revés disso, objeto do conhecimento todas as que podem ser explicadas.

Sócrates — Falas muito bem. Porém dize-me como ele distingue as conhecidas das que não são.

(Teeteto, de Platão 200d _201d).

Analisando este trecho do *Teeteto*, nos parece legítimo afirmar que, em Platão, a indagação epistemológica é entendida como uma discussão sobre a *opinião* e sobre qual seria o ‘critério’ que lhe possibilitasse saber o que distingue conhecimento de opinião certa ou verdadeira. Inicialmente identifica conhecimento com a opinião verdadeira e, posteriormente, com opinião verdadeira explicada.

Para ele, se um homem conhece e o outro homem tem apenas uma opinião certa, mas não sabe, então o primeiro homem tem tudo o que o segundo tem e ainda algo mais, ou seja, ele possuiria uma *justificação*. Assim, conhecimento, segundo Platão, poderia ser definido do seguinte modo: **S** sabe que **p** se e somente se: (i) **S** crê que **p**, (ii) **p** for *verdadeiro* e (iii) **S** possuir uma *explicação racional* (justificação) para **p**.

Mas, afinal, o que é que podemos entender por *explicação racional*? Será isso que, somado à opinião verdadeira, gera o conhecimento? O que, de fato, transforma uma opinião verdadeira em conhecimento? Como resposta a estas perguntas, surge, então, o que podemos chamar de a ‘tradicional definição do conhecimento’: **S** sabe que **p** se e somente se (i) **S** crê que **p**; (ii) **p** é verdadeiro; (iii) **S** está justificado em crer que **p**.

1.1 Crença, Verdade e Justificação como Condições do Conhecimento

Crença

A primeira condição do conhecimento é a *crença*. Acreditar em algo é aceitá-lo (ter uma atitude ‘mental’ com relação a algo) como *verdadeiro*. Ter uma crença, na visão tradicional, é, fundamentalmente, uma atitude que o sujeito tem com relação a uma proposição. Assim, quando você leva em consideração alguma declaração (propo-

sição), você se vê envolvido com um conjunto de alternativas proposicionais: (i) ou você acredita nela; (ii) ou você a rejeita; (iii) ou você suspende o seu julgamento sobre ela.

Verdade

A segunda condição do conhecimento é a *verdade*. Em filosofia, três teorias a respeito da natureza da verdade merecem destaque²¹. A primeira delas (e a mais tradicional) é a *Teoria da Correspondência*, que afirma que **p** é verdadeiro ‘se e somente se’ **p** corresponde ao fato; a segunda é o *Verificacionismo*, que diz que **p** é verdadeiro ‘se e somente se’ **p** tiver uma prova; e a terceira é o *Pragmatismo*, que fala que **p** é verdadeiro ‘se e somente se’ **p** é útil. Apesar dos prós e dos contras destas três teorias da verdade, em um estudo epistemológico, não podemos deixar de levar em conta dois importantes pontos a respeito da relação entre *verdade* e *justificação*: o (i) é de que é possível que **p** seja verdadeiro mesmo que o sujeito não tenha uma crença justificada em **p**; e o (ii) é de que também é possível para **S** estar completamente justificado em acreditar em **p** apesar de **p** ser falso.

Justificação

A terceira (e última) condição para o conhecimento seria, então, a *justificação*. Mas o que é exatamente justificação? Vejamos algumas definições dadas por importantes filósofos da epistemologia a esse respeito:

“A crença Justificada é a crença que é o produto de ações epistemicamente responsáveis; as ações responsáveis epistêmicas são ações guiadas por um desejo de ter crenças verdadeiras. O agente epistemicamente responsável desejará, então, ter a crença verdadeira e desejá-la assim é ter sua crença produzida por processos de confiança²²”. Kornblith, Hilary (1983).

“Certas vezes, nós julgamos que uma pessoa não estava justificada em ter uma crença particular. Nós pensamos que, dado ao que ela estava ciente naquele momento, ela não deveria ter adotado aquela crenças. Parece que, em fazendo tais julgamentos, nós pressupomos que esta

²¹ Steup, Matthias. *An Introduction to contemporary epistemology*, New Jersey: Prentice-Hall, 1996, p.5.

²² Kornblith, Hilary (1983). *Justified Belief and Epistemically Responsible Action*, *Philosophical Review*, p.48.

pessoa *poderia* naquela circunstância não ter tido a crenças em questão, que ela escolheu ou decidiu crer porque nós a criticamos. (...) Eu desejo defender a ingênua intuição de que vir a crer em algo apenas decidindo fazê-lo é possível, que às vezes nos parece que fazemos isto e que nosso fazer não necessita assim ofender a razão epistêmica²³”. **Ginet, Carl** (2001).

“Segue que os esforços cognitivos do sujeito são justificados epistemicamente somente se e até ao ponto em que estes são direcionados para este objetivo, que significa muito aproximadamente que um sujeito aceita todas e somente aquelas crenças nas quais ele tem boas razões para pensar serem verdadeiras. Aceitar uma crença na ausência de tal razão... é negligenciar a perseguição da verdade; tal aceitação é, alguém pode dizer, *irresponsabilidade epistêmica*. Minha discórdia aqui é que a idéia de evitar tal irresponsabilidade, de ser epistemicamente responsável em crer, é o núcleo da noção de justificação epistêmica²⁴”. **Laurence Bonjour** (1985).

Em todas elas podemos encontrar idéias-chave que nos possibilitam uma melhor compreensão deste conceito de justificação (que é tão importante para a análise do conhecimento). São elas: (1) uma conexão entre justificação e verdade; (2) a justificação é ‘igual’ à responsabilidade epistêmica (a crença é justificada somente se a pessoa que a tem não for culpada de irresponsabilidade epistêmica quando a forma ou a mantém); (3) a justificação possui um componente internalista; (4) estar justificado é possuir evidência ou, pelo menos, depender de uma.

Para muitos filósofos, existe uma estreita conexão entre a *justificação* que um sujeito tem para crer que **p** e as *evidências* deste para crer em **p**; tanto é assim que eles dizem que ‘**S** está justificado em crer que **p** se e somente se crer que **p** se ajusta à evidência de **S**’²⁵. Outros filósofos ainda teriam adicionado²⁶ mais um elemento nessa relação entre justificação e evidência afirmando que um sujeito só estaria justificado em acreditar que **p** se e somente se este tivesse uma evidência ‘adequada’ para **p** e se sua crença que **p** é **causada** pela sua evidência.

²³Ginet, Carl. *Deciding to Believe*. In Steup, Matthias (Ed.). *Knowledge, Truth, and Duty*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2001, pp.63-64.

²⁴ Bonjour, Laurence. *The Structure of Empirical Knowledge*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985, pp.3-4.

²⁵ Ver em Matthias Steup. *An Introduction to contemporary epistemology*. New Jersey: Prentice-Hall, 1996, p.10.

²⁶ Idem, p.10.

Tradicionalmente, os filósofos têm reconhecido quatro fontes para as nossas evidências: percepção, introspecção, razão e memória. A percepção, que vem dos nossos cinco sentidos, nos fornece pistas e evidências sobre as propriedades do mundo físico; a introspecção permite que possamos ‘olhar’ dentro de nós mesmos, possibilitando-nos ‘saber’ em que estados mentais nos encontramos: se estamos felizes, com fome, cansados, etc.; a razão nos dá a possibilidade de reconhecermos proposições analíticas; e, finalmente, a memória, que dá o poder de reter conhecimento (que é derivado de uma das outras fontes citadas).

Segundo alguns filósofos, justificar é algo que vem em graus, ou seja, algumas crenças estão mais bem justificadas que outras. Um exemplo de crenças altamente justificadas seriam as verdades elementares da aritmética e os axiomas da lógica, como também as simples crenças sobre os nossos estados mentais. Crenças que possuem um menor grau de justificação são aquelas relacionadas com o mundo físico em geral. O grau pelo qual a crença é justificada depende, entre outras coisas, de se aquela crença tem o suporte de uma evidência que é *conclusiva* ou *não-conclusiva*²⁷. Uma evidência conclusiva garante a verdade da crença que suporta, permitindo, assim, a completa certeza daquele que possui a evidência, enquanto que a não-conclusiva não garante a verdade da crença.

1.2 O Conhecimento como ‘Crença Verdadeira Justificada’ e o Problema de Gettier

²⁷ Ver em Matthias Steup. *An Introduction to contemporary epistemology*, New Jersey: Prentice-Hall, 1996, p.11.

dência para acreditar que Brown está em Barcelona): (2) *ou Jones tem um Ford ou Brown está em Barcelona.*

De acordo com Gettier, Smith está totalmente justificado em acreditar em (2), já que ele infere corretamente (2) da proposição (1) da qual ele possui fortes evidências. Vendo que (1) implica (2), Smith deduz que (2) é verdadeiro, já que, tendo evidência adequada para (1), tem também para (2). Todavia, Jones vendeu seu carro e está atualmente dirigindo um Ford, que ele alugou em uma locadora qualquer e, por uma coincidência, Brown estava em Barcelona. Isto significa que (2) é verdadeiro, que Smith crê em (2), e que Smith tem evidências adequadas para (2). Porém, Smith não conhece (2).

Gettier defende seu ponto de vista usando dois princípios³⁰, que podemos chamar de: (a) *The justified falsehood principle*, que afirma que é possível para uma pessoa estar justificada em crer em uma proposição que de fato é falsa e (b) *the justified deduction principle*, que afirma que se **S** está justificado em crer que **p**, e **p** implica **q**³¹, e **S** crê que **q** porque ele deduz **q** de **p**, então **S** está justificado em crer que **q**³². A plausibilidade do princípio (b) é derivada do fato de que não existe melhor caminho para expandir o nosso estoque de crenças justificadas do que a *dedução*, já que esta é *truth-preserving*.³³

Se nós aplicarmos este princípio ao nosso ‘experimento mental’, nosso raciocínio vai se dar, então, do seguinte modo: Smith está justificado para acreditar em (1), ele

³⁰ Ver em Feldman, Richard. *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ : Prentice Hall, 2003, p.28.

³¹ Quando, dizendo que **p** implica **q**, nós queremos dizer que não é possível que **p** seja verdadeiro e **q** seja falso. Esse princípio afirma que a justificação é transmitida de uma proposição a outra através de uma causalidade reconhecida. Steup, Matthias. *An Introduction to contemporary epistemology*, 1996, p.5.

³² Este princípio também é chamado de *closure principle*: Se **S** sabe que **p**, e **S** corretamente deduz **q** de **p**, então **S** sabe que **q**. Ver em Howard Stein, *Deductive Closure principle*. In CRAIG, E., op. cit., p.842.

³³ Se **p** é verdadeiro e **q** pode ser deduzido de **p**, então é impossível que **q** seja falso. Klein (1992), p.460. Steup, Matthias. *An Introduction to contemporary epistemology*, 1996, nota 7, p.20.

reconhece que (1) implica (2) e deduz (2) de (1); conseqüentemente, ele está justificado em acreditar em (2). Contudo, sabe ele que (2) é verdadeiro? Sendo (1) falso, e não tendo Smith nenhuma evidência para acreditar que Brown estava mesmo em Barcelona, nós temos que dizer que Smith não sabia da verdade de (2), mesmo que: (i) (2) seja verdadeiro, (ii) Smith creia que (2) seja verdadeiro e (iii) Smith esteja justificado em crer que (2) é verdadeiro. Assim, podemos afirmar que (2) é um exemplo de crença verdadeira justificada que não é conhecimento.

Para alguns dos primeiros filósofos³⁴ que tentaram solucionar o problema, o que acontece com os exemplos dados por Gettier é que, neles, o agente epistêmico chega em uma crença verdadeira justificada raciocinando com base em uma ‘falsidade’, ou seja, de que a dedução feita por Smith estaria apoiada em uma proposição falsa. Para eles, o conhecimento deste fato nos permitiria resolver o problema apenas ‘requerendo que a justificação de tal proposição não estivesse apoiada em nenhuma outra que fosse falsa’.

Para solucionar o problema de Gettier, a definição ‘tradicional’ do conhecimento precisa ser, então, modificada: ou adicionando uma quarta condição a ela, do tipo: as bases de **S** para crer que **p** não incluem nenhuma crença falsa³⁵; ou reconstruindo uma terceira condição apropriada ao conceito de justificação.

1.2.1 A Teoria Causal

³⁴ “A variety of hypotheses might be made to account Smith’s not knowing *p* (Either Jones owns a Ford or Brown is in Barcelona). Michael Clark, for example, points to the fact that *q* (Jones owns a Ford) is false, and suggests this as the reason why Smith cannot be said to know *p* (Clark 1963). Generalizing from this case, Clark argues that, for *S* to know a proposition, each of *S*’s grounds for it must be *true*, as well as his grounds for his grounds, etc. I shall make another hypothesis to account for the fact that Smith cannot be said to know *p*, and I shall generalize this into a new analysis of “S knows that *p*”. Alvin Goldman. *A Causal Theory of Knowing*. In **Liaisons**. Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences. Cambridge: The MIT Press, 1991, p.80.

³⁵ “Gettier’s paper was followed by a spate of articles attempting to meet his counterexamples by adding a fourth condition to the analysis of knowing.... something like the following: **S**’s grounds for believing **P** do not include any false beliefs”. Pollock, John. *The Gettier Problem*. In *On knowing and the known: Introductory Readings in Epistemology*, op. cit., p.90.

A teoria causal do conhecimento, que foi introduzida por Alvin Goldman (1967), é uma das primeiras manifestações do externalismo e foi concebida primeiramente como uma forma de resposta ao problema de Gettier. Nos exemplo de Gettier, **S** tem ‘crença justificada’ em **p** que é verdadeiro somente por coincidência. Este elemento de coincidência se torna muito difícil de ser explicado, segundo o externalismo, sem introduzir nele algum elemento da conexão externa entre as crenças de **S**, a justificação das crenças de **S** e o estado de eventos que é o objeto da crença.³⁶ A teoria causal sustenta que a crença está ‘garantida’ se e apenas se o estado de coisas representado na crença está relacionado de forma causalmente apropriada à crença.

*A Ovelha no Campo*³⁷

Smith, dirigindo pelo campo, vê, em uma propriedade, a uma certa distância, um animal que se parece com uma ovelha. Smith, justificadamente forma, então, a seguinte crença: (1) *O animal no campo é uma ovelha*. Partindo de (1), Smith forma uma outra crença: (2) *há uma ovelha no campo*.

No entanto, o animal avistado não é uma ovelha; é um cachorro que se parece com uma ovelha. A crença (1) então é falsa. Mais ao longe, contudo, atrás de uma árvore, sem que Smith tivesse avistado, **há, de fato, uma ovelha no campo**. A crença (2) então é verdadeira. Assim, Smith está justificado na crença (2); contudo, essa crença não é um caso de conhecimento, já que esta é verdadeira somente por acidente. A crença de Smith é verdadeira; porém, a presença da ovelha não contribuiu causalmente para sua crença³⁸.

³⁶ “Notice that what *makes p* true is the fact that Brown is in Barcelona, but that this fact has nothing to do with Smith’s believing *p*. That is, there is no *causal* connection between the fact that Brown is in Barcelona and Smith’s believing *p*. (...) The requirement of such a causal connection is what I wish to add to the traditional analysis”. Goldman, Alvin. *A Causal Theory of Knowing*. In **Liaisons**. Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences. Cambridge: The MIT Press, 1991, p.70.

³⁷ Uma interpretação do caso apresentado por Alvin Goldman no artigo “*A Causal Theory of Knowing*”.

³⁸ “Consider Gettier cases such..., in which Smiths believes that there is a sheep in the field. Smith’s beliefs are true, but the presence of the sheep did not causally contribute to that belief”. Feldman, Richard. *Epistemology*, *op. cit.*, p.82-83.

*Definindo a Teoria Causal*³⁹

Df. **S** sabe que **p** sse o fato **p** está causalmente conectado de um modo “apropriado” com a crença de **S** de que **p**.

O ‘externalismo causalista’ está baseado na idéia fundamental de que uma pessoa sabe alguma proposição, **p**, somente se existe uma ‘conexão causal apropriada’ entre os estados de ‘eventos’ que tornam **p** verdadeiro e a crença de **S** em **p**. Assim, quando um ‘fato do mundo’ nos conduz a uma crença naquele fato, é um caso de conhecimento. E, quando **S** tem uma crença que não é causalmente conectada com o fato associado a ela, não é caso de conhecimento.

A teoria causal ‘conserva’, da tradicional análise do conhecimento, a implicação de que conhecimento necessita crença verdadeira. Estas duas condições são mantidas pela teoria, enquanto a condição de justificação é substituída pela necessidade da conexão causal. O aspecto-chave desta teoria é que ela elimina, da ‘tradicional análise do conhecimento’, a condição de justificação e, também, a quarta condição elaborada para lidar com os casos tipo Gettier, e as substitui pela condição da ‘conexão causal’. Essa teoria é atrativa, inicialmente, porque ela parece satisfazer à exigência básica de que uma crença epistemizada seja não-acidentalmente verdadeira, uma vez que o estado de coisas representado na crença seja a causa de minha crença.

1.2.2 A Teoria da Anulabilidade

Para a teoria da Anulabilidade (The No Defeaters Theory), o que mais chama a atenção, no caso Gettier, é “que, talvez, exista uma proposição verdadeira tal que, se o sujeito acreditasse nela, então talvez ele não acreditasse (ou talvez não estivesse justificado em acreditar) na proposição em questão⁴⁰”.

³⁹ “S knows that p if only if the fact p is causally connected in an “appropriate” way with S’s believing p”. Goldman, Alvin. *A Causal Theory of Knowing*. In **Liaisons**, *op. cit.*, p.80.

⁴⁰ Ver em Peter Klein, *Knowledge, Causality, and Defeasibility*, *Journal of Philosophy* 73 (1976): 792-812.

Ela sustenta, grosso modo, que não é apenas a evidência que uma pessoa possui que torna uma crença epistemizada; é, igualmente, importante que não haja evidência anuladora desta crença. Isto é, a fim de que uma crença seja epistemizada, ela precisa não apenas estar justificada, mas sua justificação deve ser tal que não exista uma verdade que, se adicionada às razões que justificam a crença, esta não mais estaria justificada.

Assim, se Smith tivesse se dado conta de que Jones não possuía um Ford (que é verdade), então ele não teria ‘boas razões’ (justificação) para crer na proposição ‘ou Jones tem um Ford ou Brown está em Barcelona. Do mesmo modo, se Smith tivesse ‘percebido’ que o que ele estava olhando não era uma ovelha, não mais estaria ‘justificado’ em crer na proposição ‘há uma ovelha no campo’.

*Definindo a Teoria da Anulabilidade.*⁴¹

Df. **S** sabe que **p** sse: **S** crê que **p**; (ii) **p** é verdadeiro; (iii) **S** está justificado em crer que **p**; (iv) não existe proposição verdadeira **t** tal que, se **S** estivesse justificado em crer que **t**, então **S** não irá estar justificado em crer que **p** (nenhuma verdade anula a justificação de **S** em **p**).

A Teoria da Anulabilidade procura explicar porque não é um acidente cognitivo a verdade de uma crença justificada. Defensores desta teoria dizem que, se algumas das razões ‘importantes’ (aquelas que, se forem removidas, poderiam destruir a justificação) forem falsas, então adicionar a negação dessas razões (em outras palavras, adicionando a verdade) às crenças do agente cognitivo, estas anulariam a justificação; e, mais, se existir alguma evidência que o agente epistêmico não possui, tal que faça parecer que é apenas um acidente que a crença é verdadeira, as proposições que descrevem tal evidência poderiam anular a justificação.

⁴¹ “S knows p= DF. (i) S believes p; (ii) p is true; (iii) S is justified in believing p; (iv) There is no true proposition t such that, if S were justified in believing t, then S would not be justified in believing p (No truth defeats S’s justification for p.)”.Feldman, Richard. *Epistemology, op. cit.*, p.34.

Infelizmente, suplementando a tradicional teoria do conhecimento (crença verdadeira justificada) com a cláusula (iv) ou eliminando a (iii) não vai resolver o problema de Gettier. Segundo alguns epistemólogos⁴², existem outros tipos de caso Gettier nos quais eles continuam não se qualificando como um caso de conhecimento.

⁴² Ver em Steup, Matthias. *An Introduction to contemporary epistemology*, *op. cit.*, p.15.

[II] A Concepção Deontológica de ‘Justificação Epistêmica’

2. Deontologia e Internalismo: As raízes do Deontologismo e o ‘Dever Epistêmico’

Em seu artigo de 1963, Edmund Gettier⁴³ cita o nome de Roderick Chisholm em sua crítica à noção tradicional de conhecimento, aquela na qual a ‘justificação epistêmica’ é uma condição **necessária** para o conhecimento de uma dada proposição. Em sua Epistemologia, Chisholm⁴⁴ utilizou termos *normativos* importados da Ética para explicar o conceito de ‘justificação epistêmica’. Ele recorreu à noção de ‘deveres epistêmicos’ para explicar o conceito de ‘justificação epistêmica’. Segundo Alvin Plantinga, a fonte das teorias internalistas do conhecimento são o *deontologismo* de Descartes e de Locke. Para ele, esses autores conectaram o conceito de justificação com a idéia de dever epistêmico, ou seja, ‘estar justificado significa dizer que o sujeito, enquanto

⁴³ “For example, Chisholm has held that the following gives necessary and sufficient condition for knowledge: S knows that P IFF (i) S accepts P, (ii) S has adequate evidence for P, and (iii) P is true”. Gettier, Edmund. *Is Justified True Belief Knowledge?*. In *On knowing and the known: Introductory Readings in Epistemology.*, op. cit., p.51.

⁴⁴ “Perhaps of greater interest to philosophers have been questions about whether epistemic concepts can be understood in terms of ethical concepts... Chisholm contending that epistemic justification is a kind of ethical justification”. Richard, Feldman. *Epistemology and Ethics*. In CRAIG, E., op. cit., p.369.

agente racional, cumpriu o seu dever epistêmico’. Assim, o conceito *deontológico de justificação epistêmica* tem as suas raízes nos trabalhos destes dois filósofos⁴⁵.

— “Se me abstenho de formular meu juízo sobre uma coisa, quando não a concebo com suficiente clareza e distinção, é evidente que o utilizo muito bem e que não estou enganado; mas, se me determino a negá-la ou assegurá-la, então não me sirvo como devo de meu livre arbítrio; se garanto o que não é verdadeiro, é evidente que me engano, e até mesmo, ainda que julgue segundo a verdade, isto não ocorre senão por acaso e eu não deixo de falhar e de utilizar mal o meu livre-arbítrio; pois a luz natural nos ensina que o conhecimento do entendimento deve sempre preceder a determinação da vontade. E é neste mau uso do livre arbítrio que se encontra a privação que constitui a forma do erro⁴⁶”.

(Descartes, R. *Meditações*.)

Em sua quarta Meditação, Descartes explicou o *erro* de julgamento como sendo um ‘mau uso’ da nossa ‘liberdade intelectual’(liberdade doxástica). Ele argumenta que é a partir de ‘nossa decisão’ acreditar ou não em uma dada proposição, e que nós ‘devemos’ acreditar somente nesta proposição, enquanto a verdade desta for obtida clara e distintamente. Acreditar em uma proposição, sem uma percepção clara e distinta dela, é uma ‘falha intelectual’, uma falha pela qual somos **responsabilizados**. O grande problema, aqui tratado por Descartes, é a relação entre a vontade e os poderes intelectuais do sujeito, que estariam diretamente ‘ligados’ à noção de ‘controle doxástico’ e de ‘responsabilidade’.

— “Aquele que crê, sem ter razão alguma para crer, pode estar enamorado de suas próprias fantasias; nem busca a verdade como deveria buscar, nem presta a devida obediência ao seu criador, (...) Quem não recorre a estas faculdades na medida de todo o seu empenho, por mais que às vezes encontre a verdade, não está no bom caminho senão pela sorte; (...) Por isso, pelo menos, é seguro: que será responsável pelos erros em que incorre, enquanto que quem faz uso ... das faculdades que Deus lhe deu e se empenha ... em buscar a verdade valendo-se dos auxílios e habilidades que dispõe, pode ter esta satisfação: que, ... cumprindo seu dever como criatura racional, ... sabe governar bem seu assentimento e o coloca onde deve, ... segundo o comando de sua razão⁴⁷”.

(Locke, J. *An Essay Concerning Human Understanding*.)

⁴⁵“(…) Commonly (and correctly) thought of as the fountainheads of the tradition of classical foundationalism, Descartes and Locke are equally and perhaps even more significantly the fountainheads of the tradition of classical internalism ... This thought — the thought that being justified in holding a belief is having fulfilled one’s epistemic duties in forming or continuing to hold that belief— is the *fons et origo* of the whole internalist tradition. It is this notion of deontological justification that is the source of internalism: deontology implies internalism”. Plantinga, Alvin. *Warrant: The Current Debate.*, op. cit., pp.11-15.

⁴⁶Descartes, R. *Meditações*. In Descartes. *Obra Escolhida*, 3ª edição. Editora Bertrand Brasil, 1994, p.166.

⁴⁷Locke, J. *An Essay Concerning Human Understanding*. New York: Dover, 1959, p.231.

Em seu “Ensaio sobre o Entendimento Humano”, Locke discute o problema da ‘responsabilidade intelectual’. Para ele, procurar a verdade como um ‘dever’ é satisfazer uma obrigação do sujeito enquanto uma ‘criatura racional’. As nossas faculdades intelectuais nos permitem satisfazer estas obrigações; por isso, somos responsabilizados quando violamos este ‘dever intelectual’. Assim, podemos dizer que, se um sujeito **S** tem um ‘dever’ para executar uma ação **p**, então é exigido de **S** que faça **p**. Os ‘deveres intelectuais’, de certa forma, fornecem algum tipo de razão justificada para a execução **p**.

De forma semelhante, ter um ‘dever epistêmico’ significa estar sujeito a uma ‘exigência normativa’. Se um sujeito **S** possui um ‘dever’ para tomar a atitude ‘doxástica’ **A**, então o sujeito que cumpre o seu dever epistêmico fornece a si alguma razão suficiente para tomar a atitude ‘doxástica’. Dizer que um sujeito **S** possui um ‘dever’ significa que é exigido de **S** fazer **A**. O que determina o dever epistêmico, segundo Steup⁴⁸, “é a evidência que eu tenho agora. E essa evidência que possuo é algo que é acessado por mim através da *reflexão*.” — isto é, se alguém tem de tomar uma atitude doxástica agora, o que especifica o seu ‘dever’ pode ser definido pela informação acessível a mim naquele momento em que devo agir doxasticamente.

2.1 O que é *Justificação Epistêmica Deontológica*?

Sobre o conceito de ‘justificação epistêmica’, a maioria dos filósofos concordam que este é *normativo*. Quando dizemos que uma crença está justificada, esta é positivamente ‘avaliada’ como um tipo de crença que nos ‘favorece’ (que é apropriada) diante de um fim epistêmico, fim este que é *procurar a verdade e evitar o erro*, o qual é, afinal, o objetivo pelo qual adquirimos conhecimento⁴⁹.

Mas, afinal, o que se quer dizer com uma crença ser ‘favorável’ ou ‘apropriada’ diante de um determinado fim? Respostas a esta questão pertencem a duas categorias distintas de pensamento: a deontológica e a não-deontológica. Para os que defendem a

⁴⁸ Ver em Steup, Matthias. *An Introduction to contemporary epistemology*, *op. cit.*, p.85-86.

⁴⁹ Ver em Alston, William. *Concepts of Epistemic Justification*. In Alston, W., *op. cit.*, p.83.

visão deontológica, o significado do conceito de *justificação epistêmica* deve ser definido em termos *deónticos*, termos como “dever”, “obrigação” e “permissão”. Segundo eles, quando uma determinada crença está justificada é porque esta cumpre ‘deveres epistêmicos’, deveres estes que surgem da aspiração final de se procurar a verdade e evitar a falsidade.

Já aqueles que não compartilham com esta posição, os não-deontológicos, afirmam que dizer que uma crença está justificada também é um ato normativo; contudo, a questão da normatividade, neste caso, é simplesmente tratada em termos de ‘bom ou mau’, ‘apropriado ou não-apropriado’, sem envolver nada que se relacione com dever, culpa ou responsabilidade, vis-à-vis a um certo fim. Segundo eles, quando as crenças são avaliadas como epistemicamente justificadas ou não, isso quer dizer que elas estão sendo simplesmente avaliadas como ‘boas ou más’, ‘apropriadas ou inapropriadas’, vis-à-vis a um fim⁵⁰. Fim este que é o de ter crenças verdadeiras e evitar o erro.

No entanto, apesar das teorias deontológicas ocuparem um lugar predominante na tradição epistemológica, W. P. Alston argumenta que elas não estão suficientemente relacionadas com o fim epistêmico. Elas não fornecem uma base adequada para garantir o *status* positivo frente ao fim de crer em verdades e evitar crer em falsidades. Assim, se justificação epistêmica é considerada por muitos como aquela propriedade que transforma crença verdadeira em conhecimento, e se as teorias deontológicas não fornecem uma base suficiente para garantir a uma crença o seu *status* de justificação, então não são candidatas a preencher a terceira condição.

O Conceito Deontológico de Justificação Epistêmica

⁵⁰ “By no means all evaluation, even all evaluation of activities, states, and aspects of human beings, involves the circle of terms that includes ‘obligation’, ‘permission’, ‘right’, ‘wrong’, and ‘blame’. We can evaluate a person’s abilities, personal appearance, temperament, or state of health as more or less desirable, favorable, or worthwhile, without taking these to be within the person’s direct voluntary control and so subject to obligation in direct fashion.... We can judge that someone has a fine bodily constitution from an athletic or from an aesthetic point of view, or that someone’s manner is a good one from a professional or from a social point of view. In like fashion one can evaluate S’s believing that p as a good, favorable, desirable, or appropriate thing, without thinking of it as fulfilling or not violating an obligation”. Alston, William. *Concepts of Epistemic Justification*. In Alston, W., *op. cit.*, p.96.

Df. (I) S está Jd em crer que p sse, ao crer que p, S não viola quaisquer obrigações epistêmicas.⁵¹

Dizer que uma crença está deontologicamente justificada (Jd) é dizer que, ao ter esta crença, “o sujeito não falhou em cumprir o seu dever epistêmico em relação à ela. Assim, uma crença justificada deontologicamente é uma crença epistemicamente permitida, não-culpável⁵²”.

Alston afirma haver uma única concepção de obrigação epistêmica que merece destaque: a obrigação de crer que p ‘se e somente se’ S tem evidência adequada para p. Ele distingue, também, vários tipos de deveres, que vão dar origem a vários tipos de teorias deontológicas da justificação. Para ele, deveres epistêmicos podem ser objetivos, subjetivos, cognitivos e motivacionais. Aplicando os quatro tipos de justificação à noção deontológica acima citada, têm-se as seguintes definições:

(X) S está objetivamente justificado em crer que p sse S tem evidência adequada para p.

(XI) S está subjetivamente justificado em crer que p sse S crê que tem evidência adequada para p.

(XII) S está cognitivamente justificado em crer que p sse S está justificado em crer que tem evidência adequada para p.

(XIII) S está motivacionalmente justificado em crer que p sse S crê que p sobre a base de evidência adequada ou, alternativamente, sobre a base do que ele acreditava, ou estava justificado em crer, ser a evidência adequada.⁵³

⁵¹ “(...) we can set out our first concept of epistemic justification as follows, using ‘d’ for ‘deontological’: (I) S is Jd in believing that p iff in believing that p S is not violating any epistemic obligations”. Alston, William. *Concepts of Epistemic Justification*. In Alston, W., *op. cit.*, p.86.

⁵² Muller, Felipe. *Deontologismo Epistêmico*. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2004, p.92.

⁵³ “If we assume that only one intellectual obligation is relevant to the belief in question, viz., the obligation to believe that p only if one has adequate evidence for p, we can be more concrete about this.

(X) S is objectively justifiend in believing that p iff S has adequate evidence for p.

(XI) S is subjectively justifiend in believing that p iff S believes that he possesses adequate evidence for p.

(XII) S is cognitively justifiend in believing that p iff S is justifiend in believing that he possesses adequate evidence for p.

(XIII) S is motivationally justifiend in believing that p iff S believes that p on the basis of adequate evidence, or, alternatively, on the basis of what he believed, or what was justifiend in

Qual seria destas, então, a que melhor representa a justificação deontológica para ele? Alston descarta (XI), visto que, simplesmente, crer que se tem boas razões para crer não é uma boa causa para sustentar p. Descarta (X), visto que justificação deontológica é, fundamentalmente, uma questão de se estar livre da culpa para crer e esse traço não é encontrado em (X). Descarta (XIII), por ser um modelo parasítico dos outros modos. Escolhe o (XII), já que entende que o seu significado é o que realmente expressa o que significa estar justificado deontologicamente. Dizer que S está justificado em crer que p significa dizer que S tem base adequada para sua crença, onde ‘adequado’ é a base suficientemente indicativa da verdade de p.

Como uma alternativa à *justificação deontológica*, Alston nos oferece o que ele chama de ‘sentido avaliativo’⁵⁴ de justificação epistêmica, que não envolve uma dimensão deontológica: S está Je em crer que p sse S crer que p, tal como o faz, é uma boa coisa do ponto de vista epistêmico.

2.1.1 Dever Epistêmico e Voluntarismo Doxástico

A idéia de que pessoas possam ter ‘deveres’ epistêmicos ou intelectuais já se encontra no pensamento de grandes figuras da História da Filosofia como, William K. Clifford⁵⁵ e William James⁵⁶. De seus textos, podemos extrair importantes noções so-

believing, was adequate evidence”. Alston, William. *Concepts of Epistemic Justification*. In Alston, W., *op. cit.*, p.88.

⁵⁴ “All of this suggests that we can frame a concept of epistemic justification that is “evaluative”, in a narrow sense of that term in which it contrasts with ‘deontological’, with the assessment of conduct in terms of obligation, blame, right, and wrong. Let’s specify an “evaluative” sense of epistemic justification as follows: (XV) S is Je in believing that p iff S’s believing that p, as S does, is a good thing from the epistemic point of view”. Alston, William. *Concepts of Epistemic Justification*. In Alston, W., *op. cit.*, p.97.

⁵⁵ “It is wrong always, everywhere, and for anyone, to believe anything upon insufficient evidence. (...) It is not only the leader of men, statesman, philosopher, or poet, that owes this bounden duty to mankind. Every rustic ... Every hard-worked wife ... can escape the universal duty of questioning all that we believe”. Clifford, W. (CLIFFORD, W. *The Ethics of Belief*. Disponível em: http://www.infidels.org/library/historical/w_k_clifford/ethics_of_belief.html. Acesso em: 22/10/2006.)

⁵⁶ “There are two ways of looking at our duty in the matter of opinion, (...) *We must know the truth; and we must avoid error*, —these are our first and great commandments as would-be knowers”. James, W. *The Will to Believe*. In R. P. Wolff. *Ten Great Works of Philosophy*. New American Library: Signet Classic, 2002, p.563.

bre quais devam ser as ‘nossas obrigações’ (deveres) epistêmicas enquanto agentes doxásticos. Nessas passagens, podemos observar que estes autores ‘sugerem’ que o nosso dever epistemológico é ‘ter ou evitar ter crenças de certo tipo’.

Embora alguns epistemólogos contemporâneos acreditem que nós temos ‘deveres epistêmicos’ sobre o que cremos, muitos outros filósofos contemporâneos rejeitam esta idéia. Esta rejeição é tipicamente lançada como uma refutação de (1) que nós temos deveres epistêmicos, (2) da possibilidade do Deontologismo Epistêmico e (3) o Internalismo. A objeção central contra a posição de que há deveres epistêmicos vem na forma do chamado *Argumento Involuntarista*⁵⁷:

1. Se juízos deontológicos sobre crenças são verdadeiros, então pessoas têm controle voluntário sobre suas crenças.

2. Pessoas não têm controle voluntário sobre suas crenças.

3. Julgamentos deontológicos sobre crenças não são verdadeiros.

O argumento involuntarista levanta um perfeito problema filosófico. Ele é composto por duas premissas intuitivamente plausíveis. A premissa (1) é uma versão do princípio kantiano de que *dever* implica *poder*: “Se uma pessoa S tem uma obrigação para fazer A no tempo t, então S é capaz de fazer A voluntariamente em t⁵⁸”. Assim, um sujeito A tem uma obrigação moral para executar ou não executar um ato X somente se está dentro do poder de A executar e não executar X. Esse princípio tem um grande apelo, visto que ter deveres implica a habilidade para cumpri-los. Estendendo esse princípio à epistemologia, ele fortalece a visão de que uma pessoa não pode ter qualquer dever epistêmico se não estiver dentro de seu poder crer ou não-crer em uma determinada proposição. Já a (2) premissa é endossada pela idéia de que pessoas não possuem qualquer tipo de controle voluntário *direto* ou *indireto* sobre suas crenças.

⁵⁷ Ver em Feldman, Richard. *The Ethics of Belief*, op. cit., p.669.

⁵⁸ “One version of the principle can be stated as follows: *If person S has an obligation to do A at time t, then S is able to do A voluntarily at t*”. Sharon Ryan (2003). *Doxastic Compatibilism and The Ethics of Belief*. *Philosophical Studies* 114, p.49.

Muitos filósofos aceitam a tese do involuntarismo doxástico como sendo verdadeira pelo fato de que, segundo eles, as ‘ações’ causam em nós ‘escolhas’ de uma forma que as crenças (atitudes doxásticas) não o fazem⁵⁹.

Teria que ser verdade que eu tenho controle voluntário efetivo sobre crer ou não crer que as árvores têm folhas sobre elas, quando eu vejo uma árvore que tem folhas sobre ela, diante de mim, em plena luz do dia, com minha visão funcionando perfeitamente. E é perfeitamente claro que, nesta situação, eu não tenho poder para reprimir aquela crença.⁶⁰

Eu posso efetivamente escolher entre levantar ou não minha mão, contudo eu não possuo escolha semelhante em relação às minhas atitudes doxásticas (percepção e introspecção). Assim, quando eu vejo que existem árvores na rua, pessoas caminhando pela PUC, ou que o céu é azul, estas são crenças formadas a partir da percepção destes objetos; elas não são fruto de um ato voluntário, mas sim de um ato externo à minha vontade. Eu também não posso escolher entre crer ou descrer que quatro é um número par, que gatos não são insetos, ou suspender o meu juízo a respeito de quanto dinheiro há em minha carteira agora. Eu estou preso a estas atitudes doxásticas, não há nada que eu possa fazer para mudá-las. Com isso, parece que a ‘aparente’ involuntariedade das crenças perceptivas e introspectivas se tornou um problema ao deontologismo epistêmico, já que, de acordo com o tradicional conceito de responsabilidade moral, ter um ‘dever moral’ requer do agente ‘voluntariedade’.

2.1.2 Involuntarismo Doxástico

Para os críticos do ‘deontologismo epistêmico’, todas ou quase todas as nossas crenças são *involuntárias*; por isso, nossas crenças não podem estar sujeitas a nenhum ‘dever epistêmico’. Segundo William Alston⁶¹:

⁵⁹ Steup, Matthias. *Doxastic Voluntarism and Epistemic Deontology*, Acta Analytica, Volume 15 — Issue 24; 2000, p.25-56.

⁶⁰ “(...) It would have to be true that I have effective voluntary control over whether I do or I do not believe that the tree has leaves on it when I see a tree with leaves on it just before me in broad daylight with my eyesight working perfectly. And it is perfectly clear that in this situation I have no power at all to refrain from that belief”. Alston, W. *The Deontological Conception of Epistemic Justification*. Reprinted. In Alston, W., *op. cit.*, p.123.

⁶¹ “(...) this conception of epistemic justification is viable only if beliefs are sufficiently under voluntary control to render such concepts as *requirement, permission, obligation, reproach,*

(...) essa noção de justificação epistêmica é viável somente se crenças estão suficientemente sob controle voluntário para conferir a tais conceitos, como *exigência, permissão, obrigação, repreensão e culpa, aplicabilidade*”, já que, pelo consagrado princípio de que “dever implica poder”, uma pessoa pode ser obrigada a executar A somente se ela tem uma escolha efetiva sobre se vai executar A.

William Alston, em seu artigo ‘Concepts of Epistemic Justification’, compreende que o conceito de justificação epistêmica deve ser entendido como sendo um conceito avaliativo (normativo), mas insiste que uma análise adequada deste conceito não precisa e não ‘deve’ ser feita através de ‘termos deônticos’. De acordo com ele, proponentes da concepção deontológica de justificação epistêmica supõem que nossas crenças estão ‘diretamente’ sob o nosso controle, cometendo, assim, um sério erro, já que estas crenças que estariam diretamente sob o nosso controle só estão de forma ‘indireta’. Isto não significa que Alston queira dizer que a concepção deontológica de justificação esteja errada, mas sim “que ela precisa ser modificada para que se adapte ao fato de que o tipo de controle que pode ser exercido sobre crenças é somente o *indireto*”.⁶²

Eu estarei discutindo neste artigo que (a) nós não possuímos o que eu chamei controle voluntário direto sobre as crenças, (b) que nós temos somente um grau fraco de “longo alcance” sobre o controle voluntário de algumas de nossas crenças, e (c) que, embora nossas ações voluntárias possam influenciar nossas crenças, a noção deontológica, baseada nesta influência indireta não é o tipo de noção que nós necessitamos para as finalidades epistemológicas usuais a que o termo ‘justificação’ é submetido.⁶³

Para compreender as bases da crítica de Alston à concepção deontológica de justificação epistêmica, é importante considerar os diferentes tipos de controle voluntário sobre atitudes doxásticas. Ele distingue quatro tipos de controle voluntário sobre atitu-

and blame applicable to them. By the time-honored principle that “Ought implies can”, one can be obligated to do A only if one has an effective choice as to whether to do A”. Alston, W. *The Deontological Conception of Epistemic Justification*. Reprinted. In Alston, W., *op. cit.*, p.118. .

⁶² Steup, Matthias. *The Deontic conception of Epistemic Justification*, *Philosophical Studies* 53 (1988) 65-84.

⁶³ “I will be arguing in this paper that (a) we lack what I will call direct voluntary control over beliefs, (b) that we have only a rather weak degree of “long range” voluntary control over (only) some of our beliefs, and (c) that although our voluntary actions can influence our beliefs, the deontological notion based on this indirect influence is not the sort of notion we need for the usual epistemological purposes to which the term ‘justification’ is put”. Alston, William. *The Deontological Conception of Epistemic Justification*. Reprinted. In Alston, W., *op. cit.*, p.118.

des doxásticas: (1) Controle voluntário básico; (2) Controle voluntário imediato não-básico; (3) Controle voluntário de longo alcance; e (4) Influência voluntária indireta.

O primeiro tipo de controle distinguido por Alston é denominado *controle voluntário básico*⁶⁴. Um sujeito possui esse tipo de controle somente se é capaz de executar um ato intencional contínuo e imediato, por meio da vontade. Um exemplo deste tipo de controle seria alguém levantar o seu próprio braço. Assim, se alguém possui controle voluntário imediato básico para executar algo, então está sob o seu poder tanto executá-lo quanto não executá-lo imediatamente. O que se pretende, com isso, é saber se esse tipo de controle pode ser atribuído a crenças, ou seja, se um sujeito possui tal poder, tanto para crer quanto para não crer imediatamente em uma dada proposição.

A inabilidade de decidir sobre crenças é evidente quando o que está em questão são as crenças baseadas em nossas percepções. No entanto, tal inabilidade não parece estender-se somente às proposições *baseadas em nossas experiências sensoriais*, mas também àquelas pertencentes aos argumentos da Filosofia, da Religião e de alguns temas científicos, onde freqüentemente não há uma ponderação definitiva dos argumentos⁶⁵. Deste modo, a aparente involuntariedade das crenças introspectivas e perceptivas

⁶⁴ “There are many locutions that encourage us to think of believing as subject to requirement, prohibition, and permission... All these turns of phrase, and many more, seem to imply that we frequently have the capacity to effectively decide or choose what we are to believe, and hence that we can be held responsible for outcomes of those decisions. It is natural to think of this capacity on the model of the maximally direct control we have over the motions of our limbs and other parts of our body, the voluntary movements of which constitute “basic action”, actions we perform “at will”, just by an intention, volition, choice, or decision to do so, things we “just do”, not “by” doing something else voluntarily. Let’s call the kind of control we have over states of affairs we typically bring about by basic actions, “basic voluntary control”. Alston, William. *The Deontological Conception of Epistemic Justification*. Reprinted. In Alston, W., *op. cit.*, p.119.

⁶⁵ “Thus, even if I... form, for instance, perceptual beliefs in the way I do, it by no means follows that I form those beliefs at will, or that I have voluntary control over such belief formation, or that I can be held responsible or blameworthy for doing so. (...) We have just as little voluntary control over ordinary beliefs formed by introspection, memory, and simple uncontroversial inferences. The discussion to this point will suggest to the voluntarist that he can still make a stand on proposition that do not seem clearly true or false and hold that there one (often) has the capacity to adopt whatever propositional attitudes one chooses. In religion, philosophy, and high level scientific matters it is often the case that, so far one can see, the relevant arguments do not definitively settle matter one way or the other”. Alston, W. *The*

do sujeito cognitivo impõe ao Deontologismo Epistêmico um enorme problema, já que, segundo o tradicional conceito de responsabilidade moral, ter um dever moral requer do agente voluntariedade na ação⁶⁶.

O segundo tipo de controle distinguido por Alston é denominado *controle voluntário imediato não-básico*. Um sujeito possui controle voluntário imediato não-básico sobre suas atitudes doxásticas quando é capaz de efetuar uma intenção imediata, em um ato ininterrupto, por meio de um ou mais atos básicos⁶⁷. Mesmo que nunca ninguém tenha possuído tal controle voluntário (imediato não-básico) sobre suas atitudes doxásticas, isso não significa o fim do voluntarismo⁶⁸. Alston relata que muitos deontologistas, ao reconhecerem que o agente doxástico não possui controle voluntário básico sobre suas atitudes doxásticas, recuam estrategicamente, alegando que pelo menos está sob o poder do agente algum tipo de controle voluntário indireto.

Eu só tenho este tipo de controle (controle imediato não-básico) sobre as coisas que posso fazer agora, porque antes desta ‘ação’ eu faço outra coisa, tipicamente algo sobre o qual eu tenho controle voluntário básico. Considere então as seguintes ações:

... abrir uma porta, avisar alguém que p e ligar a luz. Para se ter êxito em qualquer uma destas ações se requer mais que a volição por parte do agente; em cada caso, eu devo realizar um ou mais movimentos corporais e esses mo-

Deontological Conception of Epistemic Justification. Reprinted. In Alston, W., *op. cit.*, p.123.

⁶⁶ Ver em Steup, Matthias. *An Introduction to contemporary epistemology*, *op. cit.*, p.75.

⁶⁷ “Here we might say that the action, and its upshot, is under the “immediate voluntary control” of the agent (more strictly, *nonbasic* immediate voluntary control), even though more than an act of will is required of the agent. I call this “immediate” control since the agent is able to carry out the intention “right away”, in one uninterrupted intentional act, without having to return to the attempt a number of times after having been occupied with others matters”. Alston, W. *The Deontological Conception of Epistemic Justification*. Reprinted. In Alston, W., *op. cit.*, p.128-129.

⁶⁸ “The demise of basic control, however, is by no means the end of “voluntarism”, as we may term the thesis that one has voluntary control of propositional attitudes. Many deontologists, after disavowing any commitment to what they usually call “direct voluntary control of belief” and what we have called “basic voluntary control”, proceed to insist that beliefs are subject to what they term “indirect voluntary control”. Alston, W. In Alston, W., *op. cit.*, p.127-128.

vimentos devem ter certas conseqüências, causais ou convencionais, a fim de que eu possa dizer que realizei a ação não-básica em questão.⁶⁹

O terceiro tipo de controle distinguido por Alston é denominado *controle voluntário de longo alcance*. O controle voluntário de longo alcance é a capacidade para causar um evento em um amplo período de tempo, fazendo algo repetido ou por meio de ações diferentes, as quais são interrompidas por atividades que têm por objetivo outras metas⁷⁰.

Esse tipo de controle parece vir em graus. Um sujeito pode ter um maior ou menor grau de controle de longo alcance sobre, por exemplo, seu peso, sua concentração de colesterol, ou sua saúde. Parece, inclusive, que é possível dizer que nós possuímos algum grau desse tipo de controle quando executamos ou desenvolvemos alguma estratégia com o intuito de termos uma determinada atitude doxástica em relação a uma certa proposição.

Observe que, para alguma pessoa poder ser propriamente responsabilizada por crer ou não-crer em uma determinada proposição, é somente porque ela empenhou-se intencionalmente, de modo suficiente, para produzir aquela atitude doxástica e foi bem sucedida⁷¹. O problema é que, segundo Alston, pessoas não são freqüentemente bem sucedidas neste tipo de empenho. Por isso, pessoas não podem ser responsabilizadas

⁶⁹ “Consider opening a door, informing someone that *p*, and turning on a light. To succeed in any of these requires more than a volition on the part of the agent; in each case I must perform one or more bodily movements and these movements must have certain consequences, causal or conventional, in order that a can be said to have performed the nonbasic action in question”. Alston, W. *The Deontological Conception of Epistemic Justification*. Reprinted. In Alston, W., *op. cit.*, p.128.

⁷⁰ “*Long-range control*... is the capacity to bring about a state of affairs, C, by doing something (usually a number of different things) repeatedly over a considerable period of time, interrupted by activity direct to other goals. One has this sort of control, to a greater or lesser degree, over many things: one’s weight, cholesterol concentration, blood pressure, and disposition; the actions of one’s spouse or one’s department”. Alston, W. *The Deontological Conception of Epistemic Justification*. Reprinted. In Alston, W., *op. cit.*, p.134.

⁷¹ “Note that people could properly be held responsible for their attitudes towards propositions in a certain range only if those who set out to intentionally produce a certain attitude towards such propositions, and made sufficient efforts, were frequently successful”. Alston, W. *The Deontological Conception of Epistemic Justification*. Reprinted. In Alston, W., *op. cit.*, p.134.

por tais atitudes doxásticas. Conseqüentemente, não podem ser censurados por acreditarem ou não em uma determinada proposição.

Até este ponto, eu tenho examinado o suporte para a concepção deontológica de justificação epistêmica, oferecido pelo tratamento de atitudes proposicionais formadas no modelo da ação intencional. Consideramos se, ou até que limite, está em nosso poder executar uma intenção com relação a uma atitude proposicional, ou pela nossa vontade (controle básico), ou guiado ininterruptamente por uma intenção para fazê-lo (controle imediato), ou como um complexo projeto a longo prazo (controle de longo alcance). (...) Nós geralmente *não* temos o poder de levar a cabo uma intenção para fazer surgir uma certa atitude proposicional. E, na medida em que a concepção de justificação epistêmica, enquanto *crer no que é permitido ao sujeito*, depende desta suposição, esta deve ser rejeitada. A inauguração de atitudes proposicionais simplesmente não funciona como ação intencional. (...) Contudo, isto não é necessariamente o fim da linha para o deontologista.⁷²

O quarto tipo de controle voluntário, distinguido por William Alston é denominado *influência voluntária indireta*. Um sujeito tem influência voluntária indireta sobre algum curso de ação quando, ao realizar tal curso de ação, pode produzir efeitos desejáveis (previsíveis). Este é o tipo de controle que temos quando executamos uma ação que influencia certas condições em um longo prazo⁷³.

⁷² “Up this point I have been examinig the support for a deontological conception of epistemic justification provided by the treatment of propositional attitudes formation on the model of intentional action. We have considered whether, or to what extent, it is in our power to carry out an intention to take up a certain propositional attitude, either at will (basic control), or while uninterruptedly guided by the intention to do so (immediate control), or as a complex long-term project (long-range control). (...) I conclude that we do *not* generally have the power to carry out an intention to take up a certain propositional attitude. Insofar as the conception of epistemic justification as *believing as one is permitted* to depends on that assumption, it must be rejected. The inauguration of propositional attitudes simply does not work like intention action. (...) However, this is not necessarily the end of the line for the deontologist”. Alston, W. *The Deontological Conception of Epistemic Justification*. Reprinted. In Alston, W., *op. cit.*, p.136.

⁷³ “We can be held responsible for a state of affairs that results from our actions even if did not produce that state of affairs intentionally, (...) Suppose that, although I did not do anything with the intention of bringing about my cholesterol buildup, still I could have prevent it if I had done certain things I could and should have done, for instance reduce fat intake. In that case I could still be held responsible for the condition; it could be my fault. This is a way in which deontological concepts can be applied to me, with respect to a certain state of affairs, even though that state of affairs did not result from may carrying out an intention to produce it. (...) Let’s use the term ‘indirect voluntary influence’ for this kind of voluntary control.(...) These can be divided into (1) activities that bring influences to bear, or withhold influences from, a particular situation involving a particular candidate, or a particular field of candidates, for belief, and (2) activities that affect our general belief-

Segundo Alston, é possível, para uma pessoa, ter uma influência voluntária indireta, por exemplo, sobre as condições de seu coração, já que dieta e exercícios (estes são os tipos de ações que mais podemos controlar diretamente) podem afetar sua condição futura. A influência voluntária indireta pode ser de dois tipos: (1) atividades que influenciam a produção e a retenção de crenças; e (2) atividades que influenciam nossos hábitos ou tendências de formação de crenças. Dos quatro tipos de controle voluntário sobre crenças, o único que mantém ainda vivo o Deontologismo Epistêmico é a influência voluntária indireta; contudo, esse tipo de controle não é considerado por Alston como relevante. Logo, o voluntarismo doxástico seria falso.

2.1.3 O Voluntarismo Doxástico

Muitas pessoas pensam sobre temas profundos e perguntam-se em que ‘devem’ acreditar. Muitas pessoas se sentem ‘responsáveis’ e preocupadas sobre terem ‘crenças racionais’. Alguém poderia dizer que você não deveria ter acreditado em determinada proposição p em vez de q. Julgando pela maneira como pensamos, falamos e nos comportamos de forma ‘comum’, muitos de nós parecem crer que sentenças do tipo “S deve crer que p” podem ser usadas para expressar proposições verdadeiras. Assim, muitas pessoas parecem crer que nós temos ‘obrigações epistêmicas’ com relação às nossas crenças⁷⁴.

Uma das estratégias para sustentar a legitimidade do uso dos termos deônticos consiste em negar a premissa (1) do *argumento involuntarista*. Argumentar que alguém pode ter obrigações ou deveres doxásticos epistêmicos, mesmo que não possa cumpri-los, significa, de um certo modo, defender o chamado “Deontologismo Epistêmico” diante do involuntarismo doxástico⁷⁵. Isso significa dizer que aqueles que não aceitam a premissa (1) do argumento voluntarista negam que obrigações doxásticas ou deveres

forming habits or tendencies”. Alston, W. *The Deontological Conception of Epistemic Justification*. Reprinted. In Alston, W., *op. cit.*, p.137-138.

⁷⁴ Ver em Sharon Ryan (2003). *Doxastic Compatibilism and The Ethics of Belief*. *Philosophical Studies* 114, p.47.

⁷⁵ Ver em Felipe Muller. *Deontologismo Epistêmico*, *op. cit.*, p.61-62.

doxásticos epistêmicos impliquem poder⁷⁶. Este argumento nega que os julgamentos deontológicos sobre crenças implicam que estas sejam voluntariamente adotadas.

Uma das análises mais importantes recentemente formuladas de que dever doxástico epistêmico não implica controle voluntário sobre atitudes doxásticas tem sido apresentada por Richard Feldman. Em seu artigo ‘Epistemic Obligation’, ele desenvolveu um argumento contra o voluntarismo doxástico. “(...) Ele defendeu a legitimidade das obrigações epistêmicas, alegando que pode haver obrigações em relação a um comportamento involuntário⁷⁷”. Ainda que alguns tipos de obrigação, como as morais e as prudenciais, tenham conseqüências voluntaristas, Feldman sustentou que pode haver obrigações não-morais e não-prudenciais que não se podem cumprir e outras cujo cumprimento não se pode evitar⁷⁸, i.e., existem situações em que temos obrigações não-morais que não podemos cumpri-las.

Feldman, em apoio à sua afirmação, propôs alguns casos de obrigação que considera semelhantes aos casos de obrigação epistêmica. Os exemplos utilizados por ele são, fundamentalmente, dois: um, de obrigações acadêmicas; e, outro, de obrigações legais.

(...) suponha que um estudante venha até mim e diga que não pode escrever o trabalho final porque ele tem uma lesão cerebral que o faz dormir sempre que ele pensa no assunto do trabalho. Neste caso, o melhor para mim seria trocar as suas exigências ou orientá-lo para que mude para um outro curso em que possa cumprir com as suas exigências. Sua inabilidade evidentemente não faz com que isto seja um caso de que ele não tenha estas obrigações acadêmicas ou exigências do curso. (...) Assim, as exigências do curso deste estudante incluem trabalho que ele não é capaz de fazer. (...) Estes tipos de obrigações ou

⁷⁶“Regardless of the popularity and initial plausibility of the idea that ‘ought’ implies ‘can’, it is not true. (...) I will argue directly against premise (1) and its claim that we cannot have any epistemic obligation if we cannot control what we believe. (...) I believe it is reasonable to conclude that ‘ought’ does not imply ‘can’”. Sharon Ryan (2003). *Doxastic Compatibilism and The Ethics of Belief*. Philosophical Studies 114, p.50-59.

⁷⁷ Muller, Felipe. *Deontologismo Epistêmico*, op. cit., p.62.

⁷⁸“I conclude from this example that there can be non-moral and non-prudential obligations that one can’t fulfill and ones that one can’t avoid fulfilling. Thus, I think that is plausible to hold that there can be epistemic obligation that one can’t fulfill and ones that one can’t avoid fulfilling. Sometimes, one can’t believe what one ought to believe and sometimes one can’t help believing what one ought to believe. There can be epistemic obligation even if doxastic voluntarism is false”. Richard Feldman. *Epistemic Obligations*. Philosophical Perspectives 2, 1998, pp. 241-242.

exigências não implicam liberdade ou controle. Considerações similares aplicam-se a outras obrigações. Quando eu hipoteco a minha casa, eu assumo uma obrigação legal para pagar ao banco uma certa quantia de dinheiro todo mês. Se... eu perco o meu emprego e não posso pagar, os procuradores do banco não irão aceitar o argumento de que: “eu não posso pagar o dinheiro que devo a vocês; portanto, não tenho a obrigação financeira de pagar o dinheiro”. Eu continuo legalmente (ou financeiramente) obrigado a pagar, mesmo que eu não possa fazê-lo⁷⁹.

Para ele, obrigações epistêmicas seriam justamente como as obrigações acadêmicas e legais, i.e., elas funcionariam como obrigações contratuais, já que, quando alguém fecha algum tipo de contrato (como consequência deste ato), contrai certas obrigações. Assim, em *Epistemic Obligation*, Feldman está apenas defendendo que existem algumas obrigações (como as acadêmicas e as legais) que não requerem o chamado voluntarismo doxástico.

Em ‘*Ethics of Belief*’, Richard Feldman procura defender a legitimidade do propagado uso da linguagem deontológica sobre crenças afirmando que nós podemos ter exigências, permissões epistêmicas, mesmo se o voluntarismo doxástico for falso. Mantém também uma relação entre Deontologismo Epistêmico e Evidencialismo. Aqui, Feldman já não fala mais sobre “obrigações epistêmicas”, mas sim em “deveres epistêmicos”⁸⁰. Abandonou o ‘modelo’ contratual de obrigações epistêmicas e assumiu um novo, no qual deveres epistêmicos surgem como resultado do desempenho de algum

⁷⁹ “(...) suppose a student comes to me and says that he cannot write a term paper because he has a brain lesion that makes him fall asleep whenever he thinks about the paper topic. In this case, it may best for me to change his requirement or to advise him to switch to another course in which he can fulfill his requirements. His inability plainly does not make it the case that he does not have these academic obligation or course requirements. (...) Thus the student’s course requirements include doing work he is not unable to do. Similarly, courses requirements may include doing something that the student can’t refrain from doing. (...) Similar considerations apply to some other obligation. When I took out a mortgage on my house I incurred a legal obligation to pay the bank each month a certain sum of money. If...I lose my job and I can’t pay, I’m sure that officials in the bank foreclosure department would property impressed by the argument: “I can’t pay the money you say I owe you; therefore, I have no financial obligation to pay you that money” Still am legally (or financially) obligate to pay you, even though I can’t do it”. Richard Feldman. *Epistemic Obligations.*, op. cit., pp. 241-242.

⁸⁰ Obrigações são distintas de deveres, visto que obrigações resultam de ações voluntárias e deveres resultam do exercício de uma função.

tipo de papel⁸¹. Como, por exemplo, o fato de que professores devem explicar coisas claramente aos seus alunos e que pais devem cuidar bem dos seus filhos.

Deste modo, ao dizer que cumprir deveres doxásticos epistêmicos é igual a desempenhar certos papéis e que alguém pode ser obrigado a desempenhá-los, mesmo quando não o pode fazer, Feldman está rejeitando a posição daqueles epistemólogos que afirmam não ser legítimo falar sobre deveres doxásticos epistêmicos sem admitir algum tipo de voluntarismo doxástico. Segundo ele, o modo correto de se executar um papel, como o de agente doxástico, *é formar crenças que são apoiadas pelas suas evidências correntes*. Assim, o fim epistêmico de crer verdadeiramente impõe em mim o dever de crer de acordo com a minha evidência, independentemente do fato de ser ou não capaz de realizá-la⁸².

2.1.4 O Evidencialismo e o ‘Fim Epistêmico’

Segundo Richard Feldman, o evidencialismo é, primordialmente, uma tese sobre justificação epistêmica e, secundariamente, uma tese sobre o conhecimento. A primeira tese afirma que a justificação epistêmica é uma função da evidência: ‘atitude doxástica’ (crer, descrer, suspender o julgamento) de uma pessoa está epistemicamente justificada se e somente se ela se ‘ajusta’ à evidência desta pessoa. E a segunda afirma que a justificação (entendida nos termos evidencialistas) é necessária para o conhecimento⁸³.

⁸¹ “I’ve taken on the much more modest task of defending the legitimacy of the widespread use of deontological language about belief. My contention is that we can have epistemic requirements, permissions, and the like even if voluntarism is false”. (...) Perhaps epistemic obligations are analogous to these financial and academic obligations. Though I once defend this view, it now strikes me as an implausible model for epistemic obligation. (...) It’s difficult to see any basis for saying that we all have some sort of contractual obligation to believe things. There are oughts that results from one’s playing a certain role or having a certain position. (...) Similarly, I’d say, forming beliefs is something people do. That is, we form beliefs in response to our experiences in the world. In my view, what they ought to do is to follow their evidence... I suggest that epistemic oughts are of this sort — they describe the right way to play a certain role”. Richard Feldman. *The Ethics of Belief.*, op. cit., pp.674-676.

⁸² Ver em Steup, Matthias. *An Introduction to contemporary epistemology.*, op. cit., p.76-77.

⁸³ Ver em Richard Feldman e Earl Conee (2005). *Some Virtues of Evidentialism*. In *Perspectives in Contemporary Epistemology*, Veritas, editado por Claudio de Almeida.

Dentro desta perspectiva, a evidência que uma pessoa tem está restrita ao estado mental desta pessoa. A evidência, neste caso, é identificada com o que chamamos de ‘razões’⁸⁴. A evidência que um sujeito possui consiste nas razões que este tem para formar suas crenças, i.e., elas são o caminho usado pelo sujeito na formação de uma determinada crença. Estas razões incluem estados experienciais correntes, como aqueles envolvidos na percepção, introspecção e memória. Em complemento a estes, teríamos também os estados experienciais que são fruto de uma razão *a priori* e que servem também como evidência.

Uma atitude doxática justificada para com uma proposição é aquela que se ajusta à totalidade de evidências que o sujeito possui. “Quando as evidências do sujeito são ‘equilibradas’, a suspensão do julgamento é a atitude justificada a se ter. Quando a evidência suporta melhor a proposição do que a sua negação, crer é a atitude justificada a se tomar⁸⁵”. Algumas versões do evidencialismo defendem que ter meramente evidências que melhor suportem a proposição sobre sua negação não é suficiente para fazer de uma crença uma atitude justificada, e que é necessário algo mais ‘decisivo’ para que uma crença esteja justificada.

Definindo o Evidencialismo

Df. A atitude Doxástica **D** para com a proposição **p** é epistemicamente justificada para **S** em **t** ‘se e somente se’ tendo **D** para com **p** se ajusta à evidência que **S** tem em **t**⁸⁶.

A justificação evidencialista (JE) diz que uma atitude doxástica está justificada para uma pessoa quando esta atitude se ajusta às evidências desta pessoa. Segundo (JE), existem casos em que certa atitude doxástica se ajusta às evidências de uma pessoa e,

⁸⁴ Neste caso, Feldman procura associar a palavra “razões” (reasons) não somente ao dito conhecimento proposicional, mas também àqueles obtidos pelas ‘experiências correntes’.

⁸⁵ “When one’s evidence is counterbalanced, suspension of de judgment is the justifiable attitude. When the evidence better supports a proposition than its negation, belief is the justifiable attitude”. Richard Feldman e Earl Conee. *Some Virtues of Evidentialism.*, op. cit., p.97.

⁸⁶ “Doxastic attitude D toward proposition p is epistemically justifiable for S at t if and only if having D toward p fits the evidence that S has at t”. Richard Feldman e Earl Conee (1985). In *On knowing and the known: Introductory Readings in Epistemology*, p.340. Edited by Kenneth G. Lucey.

contudo, esta não possui nenhum ‘controle voluntário’ sobre como se formou tal atitude para com uma proposição particular. Assim, alguns tipos de atitudes, que são adotadas ‘involuntariamente’, estariam justificadas. Segundo o (JE), atitudes Doxásticas não precisam estar sobre nenhum tipo de controle voluntário para que sejam adequadas a uma ‘avaliação epistêmica deontológica’.

Segundo Feldman, alguns exemplos confirmam que crenças podem ser, ao mesmo tempo, involuntárias e estarem submetidas a avaliações epistêmicas deontológicas:

Suponha que uma pessoa, espontânea e voluntariamente, crê que as luzes do seu quarto estão acesas, como resultado de um tipo familiar completamente convincente de evidências perceptivas. Esta crença está claramente justificada, mesmo que esta pessoa não possa voluntariamente adquirir, perder, ou modificar o processo cognitivo que levou até tal crença. Crenças não-justificadas também podem ser involuntárias. Um homem paranóico pode crer, sem nenhum suporte evidencial, que está sendo espionado. Esta crença pode ser o resultado de um incontrolável desejo de ser um destinatário de uma atenção especial. Em tal caso, está claro que a crença está epistemicamente não-justificada mesmo que a crença seja involuntária e que a pessoa não possa alterar o processo que levou até ela.⁸⁷

A justificação evidencialista ‘definiu’ um padrão epistêmico para a avaliação da atitude doxática. Em qualquer caso-padrão de conduta (voluntária ou não), será apropriado falar de “exigências” ou “obrigações” que estes padrões nos impõem. Por exemplo, se uma pessoa possui evidências perceptivas ‘muito fortes’ para crer que as luzes estão acesas, então ‘deve’ epistemicamente crer nesta proposição. Já o homem paranóico não ‘deve’ epistemicamente crer que ele está sendo espionado quando o mesmo não possuir nenhuma evidência que dê suporte à sua crença. Assim, “o sujeito

⁸⁷ “Suppose that a person spontaneously and involuntarily believes that the lights are on in the room, as a result of the familiar sort of completely convincing perceptual evidence. This belief is clearly justified, whether or not the person cannot voluntarily acquire, lose, or modify the cognitive process that led to the belief. Unjustified beliefs can also be involuntary. A paranoid man might believe without any supporting evidence that he is being spied on. This belief might be a result of an uncontrollable desire to be a recipient of special attention. In such a case the belief is clearly epistemically unjustified even if the belief is involuntary and the person cannot alter the process leading to it”. Richard Feldman e Earl Conee (1985). In *On knowing and the known: Introductory Readings in Epistemology*, p.342. Edited by Kenneth G. Lucey.

epistêmico deve ter uma atitude doxástica que se ajuste às evidências deste sujeito. (...) estar epistemicamente obrigado é equivalente a estar epistemicamente justificado⁸⁸”.

Segundo Feldman, o seu evidencialismo é uma variação da famosa afirmação de William K. Clifford, que diz ser “errado, sempre, em todo lugar, e para qualquer um, crer em qualquer coisa com base em evidência insuficiente⁸⁹”. Suas preocupações vão se dar no campo da avaliação epistêmica em vez da avaliação moral. Na avaliação das crenças, substituiu o conceito de que ‘é *errado* crer com base em evidência insuficiente’ pelo de que não se ‘*deve* crer com base em evidência insuficiente’. Sua tese, de um modo geral, defende a idéia de que o sujeito sempre deve seguir suas evidências. Assim, Feldman define o evidencialismo através do seguinte princípio: (O2) “para qualquer pessoa S, tempo t, e proposição p, se S tem qualquer atitude doxástica em relação a qualquer p em t e a evidência de S em t apóia p, então S deve epistemicamente ter a atitude em relação à p, que é apoiada pela evidência de S em t⁹⁰”.

2.1.5 Evidencialismo e Valor Epistêmico

Uma forma de se explicar por que devemos executar uma determinada ação é mostrar que tal ação está ligada de alguma forma a um determinado fim. Para o evidencialismo, seguir a própria evidência é a maneira adequada de se atingir algo de ‘valor epistêmico’. Ter crenças verdadeiras e evitar as crenças falsas, segundo Feldman, tem valor epistêmico: “nós devemos seguir nossas evidências porque é a melhor forma de se ter crenças valiosas⁹¹”. E, para que um sujeito doxástico seja bem-sucedido em sua tarefa de seguir suas evidências, para que possa atingir algum tipo de excelência epis-

⁸⁸ “We hold the general view that one epistemically ought to have the Doxastic attitudes that fit one’s evidence. (...) being epistemically obligatory is equivalent to being epistemically justified”. Richard Feldman e Earl Conee (1985). In *On knowing and the known: Introductory Readings in Epistemology*, p.344. Edited by Kenneth G. Lucey.

⁸⁹ Clifford, W. (CLIFFORD, W. *The Ethics of Belief*.

Disponível em: http://www.infidels.org/library/historical/w_k_clifford/ethics_of_belief.html. Acesso em: 22/10/2006.)

⁹⁰ “O2. For any person S, time t, and proposition p, if S has any doxastic attitude at all toward p at t and S’s evidence at t supports p, then S epistemically ought to have the attitude toward p supported by S’s evidence at t”. Richard Feldman (2000). *The Ethics of Belief*, pp.679.

⁹¹ “(...) we should follow our evidence because it is the best way to have valuable beliefs”. Richard Feldman (2000). *The Ethics of Belief*, p.683.

têmica, este deve formar apenas crenças racionais (valor epistêmico é identificado com crença racional).

De acordo com o princípio (V3), “quando adota (ou mantém) uma atitude em relação a uma proposição p , a pessoa maximiza o valor epistêmico ao adotar (ou manter) uma atitude racional em relação à p ”⁹². Há muitas maneiras de uma pessoa poder se comportar em relação a um compromisso de longo tempo, que pode lhe ajudar na obtenção de conhecimentos sobre fatos importantes. Esse comportamento relevante pode incluir registrar-se em cursos de estudo apropriados, manter um life-style saudável para poder ter mente saudável, ou cultivar hábitos inferenciais sadios.

Mas o Evidencialismo é silencioso sobre tais práticas. Ele focaliza no valor epistêmico que é obtido imediatamente a adoção de uma atitude para com uma proposição. A maneira de se fazer isto, em cada caso, é seguir as evidências que se tem naquele momento. Assim, a melhor forma de se maximizar o valor epistêmico de uma proposição é, segundo Feldman, seguindo as suas evidências. Racionalidade consiste, então, na produção de crenças pelo sujeito com base nas evidências que possui. (V3) e (O2) estão interessados em como maximizar valor epistêmico quando adotamos uma atitude em relação a uma determinada proposição.

2.1.6 Algumas Objeções ao Evidencialismo

[1] *A evidência que o sujeito deveria ter adquirido.*

Considere o fato de que eu seja negligente sobre a coleta de evidência. Suponha que eu tenha uma forte crença de que:

⁹² “V3. When adopting (or maintaining) an attitude toward a proposition, p , a person maximizes epistemic value by adopting (or maintaining) a rational attitude toward p ”. Richard Feldman (2000). *The Ethics of Belief*, p.683.

(A). Tomar suplementos Memorex é uma maneira segura e eficaz de melhorar minha memória.

Contudo, eu tenho uma quantidade modesta de evidências que apóiam a proposição (A). Andando pela rua, eu vejo na capa de uma respeitável revista de saúde um importante artigo sobre os méritos do Memorex. Em vez de ler o artigo, eu o evito com medo de que este ‘enfraqueça’ a minha crença, a qual eu prefiro manter. Com isso, segundo Feldman, eu sou considerado negligente na coleta das evidências; *há uma evidência que eu não tenho, mas deveria ter*. Além disso, suponha que se eu tivesse lido o artigo, eu iria ter uma forte evidência contra (A). Assim, quando (A) é epistemizada pelas minhas evidências, eu deveria ter tido a evidência adicional e rejeitado (A). E, sendo assim, o princípio (02) aquele que diz que “para qualquer pessoa S, tempo t, e proposição p, se S tem qualquer atitude doxástica em relação a qualquer p em t e a evidência de S em t apóia p, então S deve epistemicamente ter a atitude em relação à p, que é apoiada pela evidência de S em t”⁹³, não teria um resultado positivo neste tipo de caso. Isso implica que eu deveria seguir a limitada evidência que eu tenho em vez do corpo maior de evidências que eu negligentemente evitei.

Para Feldman, existem alguns exemplos em que uma pessoa tem boas razões para crer que **p**, mas sabe que há algumas considerações fortes disponíveis pelo contrário desta crença, embora escolha não se fazer familiar com essas evidências. Suponha que a manchete da revista em nosso exemplo é “Memores mostra-se ineficaz”. Ao ver esta manchete, eu paro imediatamente de a ler, já que eu não quero evidências como esta. Eu continuo tendo a crença que (A) com base em minhas antigas razões.

Certamente, segundo ele, minha conduta neste caso, é repreensível. Certamente, após olhar a manchete, eu adquiri contra-evidência de que (A) e as minhas crenças perderam uma considerável sustentação naquele momento, quando eu vi o título do artigo. Isto me dá uma boa razão para crer que há objeções fortes a (A), mesmo se eu não estiver ainda em uma posição para dizer em algum detalhe o que são. Isso altera

⁹³ Ver página 44 deste trabalho.

significativamente o *status* evidencial da proposição para mim. Dado a credibilidade da fonte e da natureza do título do artigo, muito provavelmente a minha evidência total já não apóia minha crença. Eu já não devo crer que (A).

As variações no exemplo são possíveis. O artigo pode estar em uma publicação cuja confiabilidade fosse inteiramente desconhecida a mim ou em uma revista que eu soubesse ser completamente sem reputação. Outras variações no exemplo concernem ao fraseio do título. Poderia ser algo neutro como “alguma informação nova sobre Memorex”. Outra vez eu ignoro o artigo. Mas suponha que ele contém as mesmas objeções devastadoras. Neste caso, a mera consciência da existência do artigo tem muito menos força evidencial. Não obstante, você pode plausivelmente pensar que nestes casos, ou pelo menos alguns deles, eu sou terrivelmente negligente em ignorar o artigo. Eu não deveria fazer isto. Já que eu não fiz isto, eu não poderia manter minha crença sobre (A). Assim, eu não deveria ter essa crença.

Para Feldman, a indicação de tal objeção parece apontar para o coração da resposta. O nome e a fonte da mensagem não me dão muito, se alguma razão, para parar de crer que (A). Até eu ler o artigo, seria estranho para mim parar de crer naquilo que é apoiado pela minha evidência antiga.

Eu não tenho nenhuma razão. Suponha que, em vez de negligentemente ignorar o artigo, eu esteja ocupado e eu o ponho simplesmente de lado até que eu possa lhe dar a atenção apropriada. ...E este fato não muda se os meus motivos em pôr de lado o artigo foram repreensíveis. Em cada caso, a resposta correta depende em cima da evidência que eu já tenho, incluindo a evidência sobre a existência possível destas objeções.⁹⁴

Não importam quais forem as respostas às perguntas sobre como eu deva conduzir minha investigação ou a onde eu devo procurar evidência; lá sempre remanescem as

⁹⁴ “I don't have any reason to. Suppose that instead of negligently ignoring the article, I'm busy and I simply set it aside until I can give it proper attention. There's nothing negligent about this behavior... and this fact doesn't change whether my motives for setting aside the article are laudatory or reprehensible. In every case, the right answer depends upon what evidence I already have, including the evidence about the possible existence of these objections”. Richard Feldman (2000). *The Ethics of Belief*, p.688.

perguntas “em que eu devo crer neste meio tempo?”, “no que eu devo crer até que eu tenha a possibilidade (ou a coragem) de olhar essa nova evidência?” É a este tipo de questão natural e central que o evidencialismo fornece uma resposta.

Alguém pode pensar que, quando um sujeito deve olhar para uma evidência adicional, este deve sempre suspender o julgamento enquanto isto. Porém, para Feldman, isto é um erro, com o exemplo acima ilustra. Você deve seguir sua evidência atual. Se você obtiver mais evidência, então você deve seguir a evidência combinada que você tem naquele momento.

[2] *O Dever de Recolher Evidência.*

Mesmo se for verdadeiro, como nos exemplos acima discutidos, que eu estou cren- do como devo, apesar da evidência limitada que tenho, é plausível pensar que há ou- tras exigências epistêmicas que eu deva cumprir. Segundo Feldman, particularmente em algumas versões destes casos, eu devo obter a evidência adicional que está dispo- nível a mim. De um modo geral, em uma larga variedade dos casos, pode ser pensado que o sujeito deve recolher a evidência adicional sobre as proposições que está consi- derando. Contudo, simplesmente seguir a evidência que se tem de fato não é o bastan- te. Assim, o evidencialismo negligenciaria deveres epistêmicos importantes.

Em um recente artigo, *The Epistemic Duty to Seek More Evidence*, Richard J. Hall e Charles R. Johnson⁹⁵ discutem a idéia de que nós temos o dever epistêmico de procu- rar por mais evidência sobre cada proposição da qual não temos certeza. Segundo Feldman, enquanto muitos epistemólogos rejeitariam a condição exigida e descrita por Hall e Johnson, pode parecer óbvio que, em muitos casos, você deve procurar evidên- cias a respeito das proposições sobre as quais você virá a formar crenças.

⁹⁵ Hall e Johnson defendem esta posição partindo da suposição de que é nosso objetivo crer somente em proposições que sejam verdadeiras. Richard J. Hall, Charles R. Johnson *The Epistemic Duty to Seek More Evidence*. *American Philosophical Quarterly* 35 (1998) 129-40.

Entretanto, a visão do evidencialista aqui defendida se opõe aparentemente a esta verdade óbvia. Se o objetivo epistêmico fundamental for justo ter opinião razoável, então nada sobre as técnicas de recolher evidência ou semelhante segue como meios àquele objetivo. Este objetivo tem apenas implicações a respeito de que atitudes nós devemos tomar dada a evidência que nós temos⁹⁶.

Para ele, não é procurando por novas evidências a respeito de alguma proposição importante e então acreditando no que essa evidência apóia, que eu estarei fazendo um trabalho melhor em alcançar o objetivo de ter crenças razoáveis. Eu consigo esse objetivo em todo o momento crendo no que é então apoiado por minhas evidências. Segundo ele, é certamente verdadeiro que há épocas em que seria melhor para o agente epistêmico encontrar evidência nova. Mas esta atitude sempre recai sobre que opções ele deve ter, com que ele se importa, e outros fatores não epistêmicos. Para Feldman, estas são matérias prudenciais ou morais, e não estritamente matérias epistêmicas.

Uma distinção familiar pode ajudar a fazer o evidencialismo parecer mais atrativo. Esta é a distinção entre objetivos de curto-prazo e longo-prazo e a distinção relacionada entre a racionalidade sincrônica e diacrônica. A primeira se preocupa com perguntas de racionalidade em um dado momento, enquanto a última se interessa racionalmente pelo momento que ‘passou’. O Evidencialismo é melhor visto como uma teoria sobre a racionalidade sincrônica. Ele afirma que a coisa epistemicamente racional a fazer em todo o momento é seguir a evidência que você tem nesse momento.⁹⁷

O evidencialismo não se dirige a perguntas de como conduzir o inquérito sobre períodos de tempo. Assim, não se dirige a perguntas sobre como recolher evidências ou quando o sujeito deve procurar por evidência adicional. Para Feldman, estas perguntas diacrônicas são muito mais de caráter morais ou prudenciais, do que epistêmicas. Nós devemos recolher mais evidência a respeito de uma proposição somente quando ter

⁹⁶ “However, the evidentialist view defended here apparently conflicts with this seemingly obvious truth. If the fundamental epistemic goal is just to have reasonable beliefs, then nothing about evidence gathering techniques or the like follows as a means to that goal. This goal just has implications concerning what attitudes we ought to take given the evidence we have”. Richard Feldman (2000). *The Ethics of Belief*, op. cit., p.689.

⁹⁷ A familiar distinction may help make the evidentialist account seem more attractive. This is the distinction between short-term and long-term goals and the related distinction between synchronic and diachronic rationality. The former concerns questions of rationality at a given moment while the latter concerns rationality over time. Evidentialism is best seen as a theory about synchronic rationality. It holds that the epistemically rational thing to do at any moment is to follow the evidence you have at that moment. Richard Feldman (2000). *The Ethics of Belief*, op. cit., p.689.

uma opinião verdadeira sobre a matéria da proposição faz uma moral ou prudencial diferença e que o recolhimento de mais evidência provavelmente melhorará suas possibilidades de fazer direito.

Naturalmente, o fato de se você deve recolher tal evidência depende também de que outras coisas você poderia fazer com seu tempo. As considerações epistemológicas simplesmente não resolvem tais matérias. Há os casos em que o sujeito pode gastar o seu tempo em recolher evidência sobre proposições a respeito de proposições inconseqüentes e triviais ou sobre matérias mais importantes. O Evidencialismo não fornece nenhuma orientação sobre o que fazer. Como eu o vejo, esta não é uma fraqueza do evidencialismo, desde que tais escolhas não devem ser feitas em território epistêmico.(...) O Evidencialismo é silencioso sobre estas questões morais e prudenciais, e eu não vejo porque eu deva me dirigir a elas.⁹⁸

[3] *Sendo Racional mesmo negligenciando a Coleta de Evidência.*

Os princípios do evidencialismo indicados aqui por Feldman, implicam que um sujeito pode se ‘engajar’ em um estado altamente racional se livrando de tanta evidência quanto puder, como também suspender o julgamento sobre virtualmente tudo que vem em sua mente. Se uma pessoa encontrar uma droga ou uma máquina que possam apagar memórias de seu cérebro, ela terá poucas evidências a respeito de qualquer coisa. Mesmo crendo muito pouco (dadas as suas evidências), ela será considerada altamente racional de acordo com os padrões do evidencialismo. Contudo, isto poderia parecer o oposto de ser racional.

O Evidencialismo está comprometido com a visão de que a pessoa descrita acima tem pouca evidência a respeito de alguma coisa e que seria racional suspender o jul-

⁹⁸ Of course, whether you ought to gather such evidence also depends upon what other things you could do with your time. Epistemological considerations simply don't resolve such matters.(...) There are cases in which one can spend one's time gathering evidence about propositions concerning inconsequential and trivial propositions or about more weighty matters. Evidentialism provides no guidance about what to do. As I see it, this is not a weakness of evidentialism, since such choices are not to be made on epistemic grounds. What topics you ought to investigate depend upon what topics are of interest to you, what investigations can help you to make your own life or the lives of others better, and other such matters. Evidentialism is silent on those moral and prudential issues, and I don't see why it should address them. Richard Feldman (2000). *The Ethics of Belief.*, op. cit., p.690.

gamento sobre quase tudo nestas circunstâncias. Segundo Feldman, isto parece ser exatamente a conclusão certa. A partir do momento que a pessoa perdeu sua evidência, ela não teria nenhuma razão para crer em muita coisa, e não seria razoável se acreditasse que tais coisas seriam bem justificadas para ela em circunstâncias normais. Mas ela não está em circunstâncias normais e o evidencialismo se preocupa com a avaliação daquilo em que ela deve crer nas circunstâncias em que está inserida, não com o que deve crer se estivesse em circunstâncias diferentes.

Segundo Feldman, os críticos poderiam pensar que ela não deveria se pôr em uma condição de privação evidencial em primeiro lugar. Já que, pondo-se naquelas circunstâncias, ela se torna incapaz de agir em nome de outro que tem uma confiança nela. Talvez ele deva moralmente evitar colocar-se à disposição desta maneira inútil. Além disso, pondo-se em uma condição de privação evidencial, priva-se de todo o prazer que tem de experimentar o mundo. A menos que suas circunstâncias prévias e perspectivas futuras forem extremamente severas, é provável ser imprudente se pôr nesta situação. Os Evidencialistas podem concordar com as avaliações críticas destes comportamentos, mas, segundo Feldman, estas não são avaliações epistêmicas. São avaliações morais ou prudenciais do comportamento relacionadas à formação da crença.

Feldman conclui que as objeções, tais como essas consideradas aqui, não enfraquecem a visão evidencialista do que nós devemos epistemicamente fazer. O Evidencialismo diz que, ao adotar uma atitude doxástica para com uma proposição, uma pessoa deve epistemicamente adotar a atitude que é apoiada pela evidência que a pessoa tem naquele momento. Como a pessoa veio a ter essa evidência, se pelo inquérito consciencioso ou evitando a informação potencialmente incômoda, é irrelevante para este fato epistêmico. Similarmente, como a pessoa deve prosseguir em algum inquérito futuro é também irrelevante. As avaliações deste comportamento podem ser feitas, naturalmente, mas estas avaliações são de uma natureza diferente daquelas feitas no campo do evidencialismo. A avaliação do evidencialista julga se a atitude formada dada às circunstâncias em que o sujeito se encontra é realmente a atitude que deve ser formada naquelas circunstâncias.

2.2 A Distinção entre Justificação Subjetiva e Objetiva na Ética e na Epistemologia

A noção de justificação epistêmica tem sido utilizada tanto por internalistas quanto por externalistas. Para os internalistas, a justificação tem de possuir a propriedade de ser acessível ao sujeito; contudo, por si só, ela não converte crença verdadeira em conhecimento. Já do lado dos externalistas, o que eles chamam de justificação (ou garantia) converte crença verdadeira em conhecimento, mas não é acessível ao sujeito. Desse modo, a distinção entre justificação objetiva e justificação subjetiva em Ética e Epistemologia se torna muito importante para uma melhor compreensão do conceito de justificação epistêmica.

Epistemólogos internalistas e externalistas têm procurado construir suas teorias ou de acordo com “parâmetros” objetivos, ou de acordo com “parâmetros” subjetivos. Em sua distinção, tomam emprestado ‘linhas’ de argumentos éticos: externalistas tem se identificado com a visão que ignora os motivos e as intenções do agente na discussão do ‘agir correto’, enquanto internalistas conectam seus argumentos com a tradição em Ética que faz do agente elemento central da avaliação moral⁹⁹. Todavia, para alguns¹⁰⁰ epistemólogos, essa analogia entre Ética e Epistemologia não parece ir muito longe. Assim, investigar os limites dessa analogia se faz fundamental para um melhor entendimento do Deontologismo Epistêmico.

Começaremos nossas considerações sobre o problema, refletindo sobre um exemplo que leva em conta a escolha que um médico tem de fazer entre duas opções de tratamento.

*O Paciente na U.T.I.*¹⁰¹

⁹⁹ Ver em Zagzebski, Linda. *Virtues of the Mind: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge*, 1996, p.39.

¹⁰⁰ Richard Feldman (1988), Roderick Firth (1978).

¹⁰¹ Esse exemplo é uma adaptação do usado por Richard Feldman em seu artigo, *Epistemology and Ethics.*, op. cit., p.367.

O Dr. Paulo se encontra diante de uma difícil situação: ele possui um paciente na emergência com uma grave doença e tem de escolher entre duas formas de tratamento. Ele decide escolher o tratamento (x), como sendo o ‘certo’, já que ele sabe da eficácia deste tratamento, onde noventa por cento dos pacientes que o receberam sobreviveram à doença. A sua certeza vem das *evidências* que tem de que o tratamento (x) é o melhor para aquele paciente. Contudo, (x) possui uma reação adversa fatal; cinco por cento dos pacientes tiveram uma reação alérgica ao tratamento e morreram. Já no tratamento (y), apenas cinqüenta e cinco por cento dos pacientes sobrevivem ao final do tratamento; contudo, este não apresenta nenhum caso de reação adversa ao seu uso. Infelizmente, neste caso, o tratamento (x) levou o paciente à morte. Obs: Em condições normais, o médico solicitaria que testes fossem feitos, para verificar se o paciente é ou não alérgico ao tratamento, mas, como era uma emergência, ele teve de fazer uma escolha.

De acordo com o exemplo acima dado, podemos dizer que, no momento em que o médico escolheu o tratamento (x), a ‘sua ação’ teve um conteúdo ‘subjetivo’ de certeza, segundo a visão de que o que é ‘subjetivamente certo’ para uma pessoa é quando esta tem boas razões para crer que possui as melhores conseqüências entre as alternativas disponíveis. Portanto, “S está justificado subjetivamente em ética fazendo A ‘se e somente se’ S tem boas razões para crer que S está objetivamente justificado em fazer A”.¹⁰² A justificação subjetiva estaria, de uma forma ou de outra, relacionada a estados cognitivos do sujeito.

Se o médico tivesse escolhido usar o tratamento (y), a ‘sua ação’ teria um conteúdo ‘objetivo’, porque, neste caso, para uma ‘ação’ ser correta, ela tem de conter as melhores conseqüências entre todas as alternativas disponíveis, ‘independente’ das crenças ou evidências que venhamos a ter sobre estas mesmas conseqüências. Uma “ação ética A está justificada objetivamente para S ‘se e somente se’ a ação A de fato é a me-

¹⁰² “S is *subjectively ethically justified* in doing A iff S believes that S has good reasons to believe that S is *objectively justified* in doing A”. Richard Feldman, *Subjective and Objective justification in Ethics and Epistemology*, The Monist, Vol. 71, No.3, July 1988. p.407.

lhor ação entre todas as disponíveis para S¹⁰³”. A justificação objetiva não estaria relacionada com as crenças ou estados cognitivos do sujeito.

Uma importante diferença entre julgamento moral e julgamento epistêmico é que os julgamentos morais se preocupam com ‘obrigação’ e os epistemológicos, com o que pode ser ‘permitido’. Isto reflete uma importante diferença em como estas ‘normas’ funcionam em seus campos específicos. Na moral, razões seriam razões para obrigações. Qualquer coisa é permitida (uma ação ou prática) desde que não seja proibida (do ponto de vista lei). Já em epistemologia, ‘justificação epistêmica’ se preocupa com quais crenças você está permitido a crer (e não ‘obrigado’ a crer), onde as razões são solicitadas a permitir tais crenças.¹⁰⁴

2.2.1 Subjetividade e Objetividade na Epistemologia

“Acredita-se extensamente que “obrigação moral” é, às vezes, usado para significar o ato que um ser onisciente teve sobre os fatos do caso e sobre os princípios morais que seriam moralmente censuráveis para não o fazer se ele estivesse no lugar do agente; isto é dito ser, no sentido de “obrigação moral”, diferente daquele empregado quando uma pessoa com uma possível informação defeituosa sobre os fatos e uma imperfeita clareza sobre os princípios morais é dita ser obrigada moralmente a fazer algo. Correspondentemente, sugere-se, às vezes, que há um sentido de “crer razoavelmente” no qual nós podemos dizer que é razoável para uma pessoa crer que toda declaração é verdadeira; este sentido é contrastado com o sentido em que nós dizemos que é razoável para um homem crer no que é apoiado pela evidência que tem.¹⁰⁵”. Richard Brandt, *Epistemology and Ethics, Parallel Between*.

“Em muitas áreas da filosofia, é pelo menos benéfico, e talvez mesmo necessário, distinguir entre o aspecto subjetivo dos fenômenos em estudo, assim como o aspecto objetivo mais familiar. Em ética, tem sido por muito tempo uma prática comum distinguir entre qual a coisa objetivamente correta para um agente fazer em uma situação e qual a coisa subjetivamente correta para ele fazer. Frequentemente esta é pouco mais do que uma distinção entre quais são os fatos objetivos da situação e o que o agente sabe, ou justificadamente crê, ser tais fatos... Em epistemologia, também, tais distinções têm um papel.¹⁰⁶”. Peter Unger, *The Cone Model of Knowledge*.

“Este tipo de diálogo tem sido tradicionalmente desenvolvido para mostrar que há dois sentidos de “dever” em ética — um sentido subjetivo e um objetivo... A mesma distinção, ou uma análoga, está

¹⁰³ “(...) Action A is objectively ethically justifiable for S iff action A is in fact the best of all the actions available to S”. Richard Feldman, *Subjective and Objective justification in Ethics and Epistemology*, *The Monist*, Vol. 71, No.3, July 1988. p.407.

¹⁰⁴ Pollock, John L. *The Gettier Problem*, pp. 93-94. *On Knowing and the Know: Introductory Readings in Epistemology*, Editado por, Kenneth G. Lucey.

¹⁰⁵ Brandt, Richard. *Epistemology and Ethics, Parallel Between*. In Paul Edwards (ed.). *The Encyclopedia of Philosophy*, vol. 3, (New York: Macmillan, 1976), pp.6-7.

¹⁰⁶ Unger, Peter. *The Cone Model of Knowledge. Philosophical Topics*, 14 (1986), p.164.

sendo trabalhada em epistemologia. O que está em discussão é no que a pessoa deve crer. Mas, como na ética, nós podemos distinguir entre o que pessoa deve crer dado o que de fato são boas razões para crer em coisas e o que esta pessoa deve crer dado a sua possivelmente equivocada crença sobre razões. A anterior é o sentido objetivo de “deve crer” e o último é o sentido subjetivo¹⁰⁷”. John Pollock, *A Plethora of Epistemological Theories*.

Alguns filósofos, como Alvin Goldman, Peter Unger, John Pollock e outros sugerem que, do mesmo modo como na ética, existe uma distinção entre subjetividade e objetividade semelhante na epistemologia. Estas definições se baseiam na idéia de que seria nosso objetivo, enquanto sujeitos que crêm, ou como agentes epistêmicos, crer em verdades, ou pelo menos em todas aquelas que estão entre as proposições que consideramos. Nós estaríamos epistemicamente fazendo o nosso melhor quando nós acreditamos na verdade. Analogamente, nosso objetivo, enquanto agentes morais, é o de praticar a melhor ação, ou seja, aquela que possui a melhor consequência. Nós fazemos o nosso melhor fazendo o que é objetivamente justificado, quando nós fazemos o que de ‘fato’ possui a melhor consequência.

(...) Considere um indivíduo que crê sinceramente que é moralmente permitido afogar meninas bebê. Se ele é o cabeça de uma família pobre, ele pode raciocinar que a única forma de poder continuar a sustentar sua família seja afogando sua menina bebê. Assim, ele conclui que é isto que ele deve fazer, e o faz. Nós, que somos moral esclarecidos, podemos achar o seu raciocínio repugnante, e protestar afirmando que ele não deve afogar a sua criança. Mas ao mesmo tempo, poder-se-ia dizer em sua defesa que dado sua opinião moral sincera, seria irracional para ele ter feito de outra maneira. Sob tais circunstâncias, isso poderia indicar uma falta da fibra moral se não tivesse afogado a sua criança. Em outras palavras, ele fez precisamente o que deveria ter feito dado a suas crenças.¹⁰⁸

Para John Pollock, dizer que uma pessoa deva ‘subjetivamente’ fazer X é dizer que, dado o que esta pessoa crê ser o ‘caso’, então ela tem uma ‘obrigação’ de fazer X. Já afirmar que uma pessoa deva ‘objetivamente’ fazer X é dizer que, se ela estiver ‘bem informada’ sobre todos os ‘fatos relevantes’, então ela deveria ter a obrigação de fazer X. A distinção subjetivo/ objetivo pode ser entendida como a distinção entre a

¹⁰⁷ Pollock, John. *A Plethora of Epistemological Theories*. In Pappas, G.S. *Knowledge and justification*, 1979, p.109-10.

¹⁰⁸ Pollock, John. *A Plethora of Epistemological Theories*. In Pappas, G.S. *Knowledge and justification*, 1979, p.109.

avaliação do sujeito e a avaliação do seu ato. O sentido subjetivo de dever tem relação com responsabilidade moral, enquanto o seu sentido objetivo tem relação com qual o tipo de ato que poderia ter sido mais bem executado pelo agente moral. Assim, no sentido objetivo, o nosso indivíduo não deveria ter afogado seu filho, enquanto que, no sentido subjetivo, com base em crenças erradas do ponto de vista objetivo, ele fez o que ele deveria ter feito.

nós podemos descrever uma semelhante distinção subjetiva/ objetiva em Epistemologia. O equivalente epistêmico de responsabilidade moral é justificação epistêmica. Uma pessoa está sendo ‘responsável epistemicamente’ apenas no caso de suas crenças estarem justificadas. (...) Justificação epistêmica corresponde à obrigação moral *subjetiva*. O que determina quando uma crença está justificada é tudo aquilo em que o agente epistêmico crê sobre o mundo — não aquilo que de fato é verdadeiro sobre mundo. Isso parece mostrar que, se quaisquer considerações de confiabilidade de fato podem estar relacionadas, isso não é justificação epistêmica. Em vez disso, deveriam se relacionar com o análogo epistêmico da obrigação objetiva. Mas qual é o análogo? Existe um análogo claro —justificação epistêmica objetiva diz respeito àquilo que você deveria crer se você fosse informado de todas as verdades relevantes¹⁰⁹.

Esta distinção é necessária na explicação da diferença entre julgamentos que dizem respeito ao que uma pessoa deveria ter feito, dado as atuais conseqüências de suas ações, e julgamentos que dizem respeito ao que ela deveria ter feito dado suas crenças sobre as conseqüências de suas ações. Portanto, podemos dizer que, para Pollock, o que está objetivamente justificado para uma pessoa é aquilo que de fato são boas razões para ela crer em determinada coisa, a crença de S que p está objetivamente justificada em epistemologia sse S tem boas razões para crer que p; e o que está subjetivamente justificado é aquilo que esta pessoa pensa ser boas razões para crer, a crença de

¹⁰⁹ “We can draw a similar subjective/ objective distinction in epistemology. The epistemic analogue of moral responsibility is epistemic justification. A person is being “epistemically responsible” just in case her beliefs are justified... Epistemic justification corresponds to *subjective* moral obligation. What determines whether a belief is justified is what else the epistemic agent *believes* about the world... —not what is in fact true about the world. This seems to show that whatever considerations of de facto reliability may bear upon, it is not epistemic justification. They must instead bear upon the epistemic analogue of objective justification. What is the analogue? There is one clear analogue—objective epistemic justification is a matter of what you should believe if you were apprised of all the relevant truths”. Pollock, J. and Cruz, J. *Contemporary Theories of Knowledge*, 1999, p.141.

S que p está subjetivamente justificada em epistemologia sse S crer ter boas razões para crer que p¹¹⁰.

Neste caso, a justificação epistêmica objetiva depende da posse de boas razões para crer; então, ela depende de crenças e de estados cognitivos do sujeito. Assim, enquanto a noção de justificação ética objetiva independe das crenças ou estados cognitivos do sujeito, a justificação epistêmica mostra-se dependente das crenças ou dos estados cognitivos do sujeito. Isso aproxima justificação epistêmica objetiva do sentido subjetivo de justificação ética e, conseqüentemente, da noção de responsabilidade moral.

Há múltiplas razões, então para o interesse na noção de justificabilidade. (...) Eu abordo a justificação nos termos de um sistema de regras... Chamar uma crença de justificada implica dizer que esta é uma atitude doxastic *apropriada*, uma a que o agente cognitivo tem um dever ou direito epistêmico. Estas noções têm um forte sabor deontico, como indicado no capítulo 1. São capturados naturalmente na linguagem da ‘permissão’ e da ‘proibição’, que convidam prontamente para a formulação de uma regra. (...) Um sistema de regras para a justificação é apresentada pelo seguinte princípio: (P1) A crença de S de que p no tempo t está justificada se somente se a crença de S de que p em t está permitida por um correto sistema justificacional de regras (regras-J)¹¹¹.

A noção de justificação (warrant) de Alvin Goldman está analogamente relacionada com a noção deontológica de justificação. Uma crença está justificada para uma pessoa se ela é permitida por um conjunto de ‘regras de justificação’. A regra de justi-

¹¹⁰ “Pollock ... says that what is objectively justifiable for a person is what the person in fact has good reasons to believe and what is subjectively justifiable is what the person thinks he or she has good reasons to believe. (...) S is *objectively epistemically justifiable* in believing p iff S has good reasons to believe p, S is *subjectively epistemically justifiable* in believing p iff S believes that S has good reasons to believe p”. Richard Feldman, *Subjective and Objective justification in Ethics and Epistemology*, The Monist, Vol. 71, No.3, July (1988). p.411.

¹¹¹ “There are multiple reasons, then for the interest in the notion of the justifiedness. (...) I approach justification in terms of rule framework... Calling a belief justified implies that it is a *proper* doxastic attitude, one to which the cognizer has an epistemic right or entitlement. These notions have strong deontic flavor, as indicated in Chapter 1. They are naturally captured in the language of ‘permission’ and ‘prohibition’, which readily invite a rule formulation. (...) A rule framework for justification is presented by the following principle: (P1) S’s believing p at time t is justifiable if only if S’s believing p at t is permitted by a right system of justificational rules (J-rules)”. Goldman, Alvin. *Justification: A Rule Framework*. In *Epistemology and Cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1986, pp.58-59.

ficação é ‘*correta*’ se ela é um elemento de um correto *sistema* de regras de justificação. O sistema de regras é correto se ele é apropriadamente ‘confiável’.

... é uma distinção entre sentidos de ‘justificado’. Eu marquei esta distinção com as expressões ‘justificado de fato’ e ‘justificado aparentemente’. O mesmo tipo de distinção é mais comumente marcado pelas expressões ‘justificado objetivamente’ e ‘justificado subjetivamente’. (...) A distinção descrita aqui se compara a uma freqüentemente descrita em teoria moral, uma distinção entre ações que estão corretas objetivamente e corretas subjetivamente. Semelhantes casos podem surgir em Epistemologia. Suponha que uma dada crença de um agente epistêmico não seja permitida por qualquer sistema correto de regras J... Eu diria que não está justificado de fato, mesmo crendo justificadamente, que essa crença é permitida por um sistema correto de regras J. Então, eu diria que sua crença está justificada aparentemente¹¹².

Suponha agora, que um sistema de regras de justificação **R** não é o correto sistema de regras, mas o agente epistêmico pensa que **R** é correto e corretamente pensa que a sua crença que *p* é permitida por **R** (Contudo, ele não infere *p* de suas crenças em **R**; ele infere *p* de outras proposições. Ele simplesmente pensa, ao mesmo tempo, que este procedimento inferencial concorda com **R**, o que de fato ele faz, e que **R** é correto, o que de fato não é.). De fato, sua crença em *p* não é permitida por nenhum correto sistema de regras. De acordo com o princípio (P3) que diz que: “A crença de *S* em *p* em *t* é justificada se e somente se (a) A crença de *S* em *p* em *t* é permitida por um sistema correto de regras-J, e (b) Esta permissão não é desqualificada pelo estado cognitivo de

¹¹² “Let me turn now to a crucial distinction that will sound similar to some of the distinctions already drawn, but which is really quite different.... it is a distinction between senses of ‘justified’. I shall mark this distinction with the phrases ‘really justified’ and ‘apparently justified’. The same sort of distinction is more commonly marked by the phrases ‘objective justified’ and ‘subjective justified’. (...) The distinction drawn here parallels one frequently drawn in moral theory, a distinction between actions that are objectively right and subjectively right. If an agent performs an action that he believes, or even justifiably believes, to be right, then it is said that the action is subjectively right. It is objectively right only if it is really right. Similar cases can arise in epistemology. Suppose that a given belief of a cognizer is not permitted by any right system of J-rules. Then according to (P3) this belief is not justified. I shall say that it is not *really* justified. But suppose the cognizer believes, even believes justifiably, that this belief is permitted by a right system of J-rules. Then I shall say that his belief is *apparently* justified”. Alvin Goldman. *Epistemology and Cognition*, 1986, p.73.

S, em t¹¹³”, sua crença de que p não está *justificada de fato*, mas sim *justificada aparentemente*.

Para Goldman, dizer que uma pessoa está objetivamente justificada significa dizer que ela tem boas razões para crer e que está subjetivamente justificada quando ela tem boas razões para crer que está objetivamente justificada. Assim, “a crença de S que p está subjetivamente justificada em Epistemologia sse S tem boas razões para crer que está objetivamente justificado em crer que p”¹¹⁴.

2.2.2 Feldman e a Tese da Equivalência

Segundo Feldman, quando a distinção subjetivo-objetiva em epistemologia é traçada da maneira mais plausível e a mais natural, ela nos mostra que justificação subjetiva implica em justificação objetiva e que as crenças objetivamente justificadas são tipicamente, mas não sempre, também subjetivamente justificadas. Nada parecido com esta equivalência se mantém em ética. Além disso, a justificação epistêmica objetiva se debruçaria sobre fatos de uma perspectiva dos sujeitos de uma maneira que a justificação ética objetiva não o faz. A similaridade entre a justificação ética e epistêmica não é tão grande como alguns epistemólogos sugerem¹¹⁵.

¹¹³ “S’s believing p at time t is justified if and only if (a) S’s believing p at t is permitted by right system J-rule, and (b) this permission is not undermined by S’s cognitive state at t”. Alvin Goldman. *Epistemology and Cognition*, 1986, p.73.

¹¹⁴ “S is *subjective epistemically justified* in believing p iff S has good reasons to think that S is objectively epistemically justified in believing p”. Richard Feldman, *Subjective and Objective justification in Ethics and Epistemology*, *The Monist*, Vol. 71, No.3, July (1988). p.414.

¹¹⁵ “I hope to show that when the subjective-objective distinction in epistemology is drawn in the most plausible and natural way, it turns out that subjective implies objective justification and that objective justified beliefs are typically, but not always, subjective justified as well. Nothing like this equivalence holds in ethics. Moreover, I will argue that objective epistemic justification turns on facts about a believer’s perspective in a way objective ethical justification does not. The similarity between ethical and epistemic justification is not as great as these writers suggest”. Richard Feldman, *Subjective and Objective justification in Ethics and Epistemology*, *The Monist*, Vol. 71, No.3, July (1988). p.406.

Com relação à justificação ética, segundo Feldman, está claro que existem casos em que o que se chama de justificação subjetiva moderada¹¹⁶ difere daquilo que é chamado de justificação objetiva¹¹⁷. Tais casos ocorrem quando uma pessoa tem crenças razoáveis mais incorretas sobre qual ação é moralmente a melhor. Um sujeito pode ter crenças razoáveis, mas incorretas, sobre quais conseqüências determinada ação vai ter ou sobre o valor correto de conseqüências conhecidas. Em tais casos, um sujeito pode ter boas razões para crer que determinada ação é a melhor, quando, na verdade, não é. Portanto, podem existir ações que são subjetivamente justificadas, porém não são objetivamente justificadas.

Por razões similares, uma ação pode ser objetivamente justificada sem estar subjetivamente justificada. Feldman, então, vai argumentar que justificação epistêmica subjetiva moderada e justificação objetiva não são similarmente relacionadas. Sua posição é a de que toda crença que é um caso de justificação subjetiva moderada é também uma caso de justificação objetiva e que crenças justificadas objetivamente são tipicamente um caso de justificação subjetiva moderada. Então, estes conceitos, diferentes dos seus análogos éticos, são ‘quase’ equivalentes. Desta forma, Feldman chama a tese de que justificação epistêmica subjetiva moderada e justificação epistêmica objetiva são equivalentes de ‘Tese da Equivalência’¹¹⁸.

Para Feldman, existem duas importantes diferenças entre conceitos epistêmicos e éticos. O primeiro é que justificação epistêmica objetiva é um conceito ‘perspectivo’ que depende dos fatos sobre a situação cognitiva do agente epistêmico. Justificação ética objetiva não é perspectivista. O segundo é que justificação epistêmica subjetiva

¹¹⁶ “S is subjectively epistemically justified in believing p iff S is objectively justified in believing that he has good reasons to believe p”. H. Vahid. *Deontic vs. Nondeontic Conception of Epistemic Justification*. *Erkenntnis* 49, 1998, p.292.

¹¹⁷ “S is objectively epistemically justified in believing p iff S has good reasons to believe p”. H. Vahid. *Deontic vs. Nondeontic Conception of Epistemic Justification*. *Erkenntnis* 49, 1998, p.292.

¹¹⁸ “I will call the thesis that moderate subjective epistemic justification and objective epistemic justification are equivalent ‘The Equivalency Thesis’”. Richard Feldman, *Subjective and Objective justification in Ethics and Epistemology*, *The Monist*, Vol. 71, No.3, july (1988). p.415.

moderada implica, e é quase extensionalmente equivalente à justificação objetiva. Está claro, então, que a relação entre justificação epistêmica objetiva e justificação epistêmica subjetiva moderada é muito diferente da relação entre seus análogos na ética. No caso epistêmico, o conceito subjetivo implica o objetivo, e tipicamente no mínimo, o que é justificado objetivamente é também justificado subjetivamente. Nenhuma destas afirmações é verdade no caso da justificação ética. A similaridade entre justificação ética e epistêmica, afinal de contas não é tão grande quanto alguns filósofos afirmam ser.

2.2.3 Alston e a Objeção à Tese da Equivalência: O Problema da ‘Falácia do Jogador’

A oposição de Alston à *Tese da Equivalência* tem como fundamento a sua idéia de que, por mais que S creia justificadamente serem suas bases adequadas, se estas não o são, sua crença que p sobre aquelas bases não estão justificadas objetivamente. Por exemplo, se uma pessoa justificadamente [mas equivocadamente] crê que alguma evidência suporta alguma crença, então esta pessoa tem boas razões para crer que ela está justificada naquela crença. Podemos dizer, então, que ela está subjetivamente justificada. Contudo, ela não estaria objetivamente justificada, já que as regras (suas evidências) estão equivocadas¹¹⁹.

Suponha uma estudante que é orientada, pelo seu brilhante e confiável professor de lógica, de que a ‘falácia do jogador’ é uma boa regra de inferência. Visto que a estudante ‘sabe’ que o seu professor é, em geral, uma pessoa ‘confiável’, então ela (a estudante) tem boas razões para crer na regra (G). De acordo com (G), se um certo lado (par) de dados não aparecer após uma longa série de jogadas, então é muito provável que venha a aparecer na próxima jogada. Vamos assumir que ela ‘sabe’ que um exemplo do antecedente deste condicional é satisfeito. Com base nisto, ela crê em um exemplo do conseqüente.

¹¹⁹ Ver em Richard Feldman, *Subjective and Objective justification in Ethics and Epistemology*, The Monist, Vol. 71, No.3, jully (1988). p.415.

Agora, vamos chamar a evidência que a estudante tem de que um certo lado do dado falhou em aparecer após uma longa série de jogadas de evidência (E) e a proposição ‘é muito provável que venha a aparecer na próxima jogada’ de (W). Assim, com base em (E) e sua crença justificada em (G), ela forma uma crença sobre a correspondente consequência (W). Esta última crença estaria subjetivamente justificada; porém, baseada em ‘inadequada’ evidência, ela não estaria objetivamente justificada¹²⁰.

Feldman e a Resposta ao Problema da ‘Falácia do Jogador’.

Feldman não concorda com a conclusão obtida no problema da ‘falácia do jogador’. Para ele, o total de evidências que a estudante possui para (W) inclui as evidências que ela tem para a regra (G). Feldman chama este amplo corpo de evidências de “E*”. Seria o corpo de evidência (E*), em vez de (E) somente, que deveria ser aceito ou utilizado como prova (evidências). E* inclui também a evidência testemunhal (T) que ela tem para a regra (G): “Meu professor disse que a regra G é verdadeira”. Diferente de (E), (E*) é uma boa razão para crer em (W) e, conseqüentemente, torna a crença objetivamente justificada.

Feldman acredita que este raciocínio pode ser usado em geral para mostrar que toda crença justificada subjetivamente é também justificada objetivamente. Quando um sujeito está subjetivamente justificado em crer que p, então este sujeito está objetivamente justificado em crer que suas razões para crer que p são boas. Assim, a evidência desta crença, juntamente com as razões para pensar que aquelas são boas razões, constituem o que podemos dizer ser uma boa razão objetiva para crer que p. A justificação subjetiva moderada implica justificação objetiva¹²¹.

¹²⁰ Ver em H. Vahid. *Deontic vs. Nondeontic Conception of Epistemic Justification*. *Erkenntnis* 49, 1998, p.293.

¹²¹ “(...) the evidence for this belief together with the reasons for thinking that those are good reasons constitute an objectively good reason for believing p... The Equivalency Thesis is true: moderate subjective justification implies objective justification”. Richard Feldman, *Subjective and Objective justification in Ethics and Epistemology*, *The Monist*, Vol. 71, No.3, July (1988). p.416.

2.2.4 Uma Objeção Cética à Tese da Equivalência.

Tipicamente, eu penso que pessoas têm crenças objetivas justificadas baseadas na percepção, na memória e na inferência simples. Elas têm boas razões para crer que tal crença está justificada, ou seja, que esta crença está subjetivamente justificada¹²².

Segundo Feldman, há pelo menos um exemplo importante que sugere que alguma opinião justificada objetivamente não está justificada subjetivamente. Este exemplo analisa a relação entre um estudante e um cético. Nele, o cético pode fornecer ao estudante algum convincente (mas doentio) argumento que o leve à conclusão de que nenhuma opinião perceptiva está justificada objetivamente. O estudante pode compreender estes argumentos e apreciar sua força; todavia, ainda continua tendo normalmente crenças perceptivas de forma espontânea.

Se a conclusão cética estiver errada, então a crença perceptiva do estudante está justificada objetivamente. Entretanto, se o estudante não tiver nenhuma resposta boa aos argumentos do cético, então não pode estar justificado em pensar que sua crença está justificada. Assim, esta crença não pode estar justificada subjetivamente. Este seria um contra-exemplo à Tese da Equivalência.

Contudo, para Feldman, este exemplo não é claramente decisivo. Segundo ele, se os argumentos do cético forem suficientemente eficazes em serem mais importantes que a evidência experimental e testemunhal do estudante a favor da justificação da crença perceptiva, talvez sua crença perceptiva não esteja justificada objetivamente. É também possível que o estudante permaneça justificado em crer que a percepção seja ‘confiável’, mesmo que não possa refutar os argumentos do cético. Sua consciência a respeito de seu histórico de sucessões perceptivas pode ser mais importante que qualquer coisa que o cético poderia dizer. Assim, talvez, a crença do estudante permaneça tanto objetiva quanto subjetivamente justificada.

¹²² “The other half of The Equivalency Thesis is more problematic. Typically, I think, people have objectively justified beliefs based on perception, memory, and simple inference. They have good reason to believe that such beliefs are justified, and thus these beliefs are subjectively justified”. *Subjective and Objective justification in Ethics and Epistemology*, The Monist, Vol. 71, No.3, jully (1988). p.417.

2.3 Justificação Epistêmica e Normatividade

“Se o conceito da justificação epistêmica for genuinamente normativo, como nós podemos descrever uma opinião como injustificada? Como nós podemos caracterizar as vítimas do demônio cartesiano como tendo uma opinião injustificada quando tais vítimas estão acreditando precisamente no que devem acreditar dada a evidência subjetiva disponível (a evidência que é fenomenologicamente indistinguível da evidência que você e eu usamos para alcançar nossas conclusões sobre o mundo físico)?”¹²³

Segundo Fumerton, a objeção acima é provocativa o bastante para motivar um exame mais detalhado da pergunta de ‘se e em que sentido é útil pensar a justificação epistêmica como normativa’. No exame de tal pergunta, devemos começar esclarecendo sobre o que torna um conceito ou um julgamento normativo. Talvez, alguém pode começar suspeitando que um julgamento é normativo se este for equivalente em significado a uma conjunção de declarações que incluem termos que tem como modelo termos normativos.

Nossa lista de expressões normativas que são paradigmas pode ser longa ou curta, dependendo de se nós somos reducionistas com respeito ao índice dos vários tipos de julgamentos normativos. (...) Assim, se o sujeito for um consequencialista de algum tipo, que pensa que todos os julgamentos éticos são, em último caso, julgamentos sobre o modo como essas ações produzem coisas de valor intrínseco, o sujeito pode começar tendo com termo normativo fundamental o que é “intrinsecamente bom ou mau” — todos os outros termos normativos serão derivadamente normativo porque um explicação de seu significado envolverá inevitavelmente a referência à bondade/maldade intrínsecos. Podemos fazer uma lista inicial relativamente longa e incluir termos como “bom”, “dever”, “se”, “certo”, “permissível”, “obrigatório”, e seus opostos.¹²⁴

¹²³ Fumerton, R. *Epistemic Justification and Normativity*. In STEUP, M., *op. cit.*, p. 50.

¹²⁴ This approach would seem to require that we give some characterization of what makes a term normative, but we might try to side-step this problem initially by simply listing some paradigmatic normative expressions and characterizing as derivatively normative other expressions whose meaning can be partially explicated using these. Our list of paradigm normative expressions might be long or short depending on whether we are reductionists with respect to the content of various sorts of normative judgments. Thus, if one is a consequentialist of some kind who thinks that all ethical judgments are ultimately judgments about the ways in which actions produce things of intrinsic value, one might get by with "intrinsically good/bad" as the fundamental normative terms—all other normative terms will be derivatively normative because an explication of their meaning will inevitably involve reference to intrinsic goodness/badness. But so as not to prejudice such issues, one might make the initial list relatively long and include such terms as "good," "ought," "should,"

Se prosseguirmos com a nossa análise neste caminho, parece irrecusável que o conceito de justificação epistêmica se pareça suspeitosamente como um conceito normativo. Como Plantinga (1992) nos lembrou eficazmente, a etimologia da palavra “justificação” sugere certamente que nós estamos tratando de um termo de valor. Segundo Fumerton, os epistemólogos parecem freqüentemente confortáveis intercambiando perguntas sobre se a evidência **E** justifica o agente epistêmico em crer que **P** com perguntas se ou não este agente deve crer que **P** com base em **E**. No que é freqüentemente tomado como uma das primeiras definições de que a crença verdadeira justificada é conhecimento, Ayer (1956) descreveu o conhecimento como crença verdadeira onde o sujeito tem o direito de estar certo. Assim, outra vez a idéia de que o conceito de justificação é normativo é pelo menos *prima facie* plausível.

Para Fumerton, nós devemos certamente prosseguir mais cautelosamente. Enquanto parece ser correto começar listando expressões normativas que são paradigmas e caracterizar julgamentos como normativos, cujo significado pode ser explicado (em parte) com o uso destas expressões, ele não requer muita reflexão para convencer-nos de que expressões como correto e deve são ambíguas.

Quando nós falamos que alguém deve fazer X, nós podemos estar falando sobre o que essa pessoa moralmente deve fazer; prudencialmente deve fazer; legalmente deve fazer; e o que ela deve fazer dado determinados objetivos ou fins; e assim por diante. Se nós adicionarmos a mistura de julgamentos sobre o que alguém deve *crer*, parece que nós devemos adicionar à lista de “deveres” o “dever” epistêmico.¹²⁵

Se fizer sentido tratar a crenças enquanto algo que se pode fazer (e ser responsabilizado por tal), então parece óbvio que nós devemos com cuidado distinguir nossas obrigações morais com respeito à (i) ao que nós devemos crer, (ii) o que a prudência

"right," "permissible," "obligatory," and their opposites. Fumerton, R. *Epistemic Justification and Normativity*. In STEUP, M., *op. cit.*, p.50.

¹²⁵ When we talk about whether someone should do X, we might be talking about what that person morally should do, prudentially should do, legally should do, should do given the rules of etiquette, should do given that the person has certain goals or ends, and ;so on. If we add to the mix judgments about what someone should *believe*, it seems that we must add to the list of "shoulds" the *epistemic* "should". Fumerton, R. *Epistemic Justification and Normativity*. In STEUP, M., *op. cit.*, p.51.

nos manda e (iii) o que é epistemicamente racional crer. Assim, por exemplo, podemos dizer que, um marido pode ter uma obrigação moral especial em crer na inocência da sua esposa mesmo em face de uma forte evidência que a culpe por infidelidade. Pode também ser a coisa prudente a fazer no sentido de que seus objetivos ou fins subjetivos podem mais eficazmente ser satisfeitos confiando em sua esposa. Mas, ao mesmo tempo, pode ser descontroladamente irracional do ponto de vista epistêmico crer na inocência da sua esposa.

Existe, na literatura, muita gente que tenta pôr uma dúvida na inteligibilidade de tratar a crenças como algo que podemos escolher fazer. O sujeito não pode decidir crer em algo, da maneira como decide ir à loja. Muitas de nossa opinião podem parecer ser forçadas em nós de uma maneira que torna impróprias perguntas sobre quando nós devemos ter a crença em questão. Ao mesmo tempo, é difícil de negar que um sujeito pode indiretamente influenciar sua crença. Se um sujeito conclui que ele seria mais feliz se acreditasse em uma vida após a morte e que seria vantajoso ter tal crença, há certamente coisas que ele pode fazer que aumentarão a probabilidade de trazer tal crença. Em nenhum momento neste artigo, eu me preocupei com a pergunta de se faz sentido falar sobre o que pessoas devem crer. Eu pressuponho a inteligibilidade de tais julgamentos, mas insisto que nós devemos fazer as distinções relevantes entre tipos de julgamentos que podemos fazer sobre o que nós devemos crer.¹²⁶

2.3.1 Os Julgamentos Éticos como Paradigma de Normatividade

Se nós reconhecemos a ambigüidade que existe nos julgamentos sobre o que se deve crer, então é preciso que o sujeito deva decidir se é todos ou somente alguns destes “deveres” que indicam a normatividade dos julgamentos que os empregam. Um modo de abordar o problema, segundo Fumerton, é começar simplesmente estipulando

¹²⁶ There has been a great deal of literature attempting to cast doubt on the intelligibility of treating believing as action, as something one chooses to do. One doesn't just decide to believe something the way one decides to go to the store. Many of our beliefs might seem to be forced on us in a way that makes inappropriate questions about whether we should have the beliefs in question. At the same time, it is hard to deny that one can indirectly influence one's beliefs. If one concludes that one would be happier if one believed in an afterlife and that it would be advantageous to have such a belief, there are certainly things one can do that will increase the probability of bringing about the belief. In any event, I am not concerned in this essay with the question of whether it takes sense to talk about what a person ought to believe. I presuppose the intelligibility of such judgments but insist that we make the relevant distinctions between kinds of judgments we can make about what we ought to believe. Fumerton, R. *Epistemic Justification and Normativity*. In STEUP, M., *op. cit.*, p.51.

(a) que o dever moral é o exemplo de uma expressão normativa, por excelência, e (b) se a idéia de que dever epistêmico é normativo repousa na proximidade de seu significado com o do “dever” moral. Então, se esta abordagem for usada para examinar as similaridades relevantes entre estes dois conceitos, será preciso caracterizar o que, nos julgamentos morais, os fazem normativos.

Não existe acordo entre os filósofos éticos sobre o que faz julgamentos morais distintamente normativos, nem certamente qual o contraste relevante que é suposto para estar entre o normativo e o não-normativo. Para muitos, o contraste relevante está entre julgamentos descritivos (conceitos, termos) e julgamentos prescritivos (conceitos, termos).¹²⁷

De acordo com muitos não-cognitivistas clássicos¹²⁸, a normatividade de julgamentos éticos consiste especificamente no fato de que a sua função preliminar não é descrever algum estado de coisas, mas sim para recomendar ou prescrever alguma ação ou tipo específico de ação. Segundo Fumerton, a versão mais direta desta visão são as alegações de Hare¹²⁹ de que os julgamentos morais são imperativos (universais) gramaticalmente disfarçados. Para ele, nenhum dos epistemólogos importantes defendem idéia de que ao dizer que os julgamentos epistêmicos são normativos, explicitamente pretenderam desse modo os contrastar com julgamentos descritivos que têm um valor de verdade. E ele conclui seu raciocínio com o seguinte condicional:

Se os julgamentos morais forem imperativos disfarçados que ‘não possuem’ valor de verdade, e se o sujeito for um cognitivista com respeito aos julgamentos epistêmicos, então ele deve certamente hesitar antes de alcançar a

¹²⁷ There is no agreement among ethical philosophers about makes moral judgments distinctively normative, nor indeed what the relevant contrast is supposed to be between the normative and the nonnormative. For many, the relevant contrast is between *descriptive* judgments (concepts, terms) and *prescriptive* judgments (concepts, terms). Fumerton, R. *Epistemic Justification and Normativity*. In STEUP, M., *op. cit.*, p.51-2.

¹²⁸ Como, por exemplo, A. J. Ayer, C. L. Stevenson, R. M. Hare. Lemos, Noah. *Epistemology and Ethics*. In Moser, K. P. (Ed.). *The Oxford Handbook of Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2002, pp.486-7.

¹²⁹ Para Richard M. Hare, que é um não-cognitivista da linha ‘prescritivista’, os julgamentos avaliativos são objetivos ao modo kantiano.

conclusão de que os julgamentos epistêmicos são (em algum sentido importante) normativos.¹³⁰

Naturalmente, nem todos os filósofos éticos são não-cognitivistas. Se alguém afirma que há propriedades morais genuínas e que os julgamentos morais descrevem tipicamente seus exemplos através de coisas, povos, ou ações, *qual seria o contraste relevante entre a maneira em que estes julgamentos são normativos e a maneira em que outras alegações descritivas não são normativas?* Um sujeito pode, naturalmente, ou simplesmente estipular que um julgamento é normativo se e somente se consulta diretamente ou indiretamente a estas distintas propriedades morais.

Mas, se nós fizermos um exame desta aproximação, então, depois que nós distinguimos o “dever” epistêmico do “dever moral”, não existirá nenhuma razão *prima facie* dando suporte à idéia de que os julgamentos epistêmicos sejam normativos neste sentido. Se a referência às propriedades morais for uma condição necessária para um julgamento que é normativo e nós rejeitarmos toda a redução, na parte ou em inteiro, de julgamentos epistêmicos aos julgamentos morais, então nós teremos removido os julgamentos epistêmicos da classe de julgamentos normativos.¹³¹

Um sujeito pode tentar combinar seu descritivismo em ética com um reconhecimento de que a moralidade motiva necessariamente pessoas racionais. O sujeito poderia descrever o caráter normativo de julgamentos morais como consistindo precisamente neste atrativo que os julgamentos morais têm. Da mesma forma, um sujeito não pode reconhecer que um outro sujeito deva fazer exame de alguma ação X sem ter razões para fazer X, ele não pode reconhecer que deve epistemicamente crer que P sem pelo menos ter razões para crer. Segundo Fumerton, é precisamente o reconhecimento deste caráter especial que os julgamentos morais têm que levaram, assim, muitos filósofos

¹³⁰If moral judgments are disguised imperatives lacking truth value, and if one is a cognitivist with respect to epistemic judgments, then one must surely hesitate before reaching the conclusion 'that epistemic judgments are in some important sense normative. Fumerton, R. *Epistemic Justification and Normativity*. In STEUP, M., *op. cit.*, p.52.

¹³¹ But if we take this approach, then after we distinguish the epistemic "ought" from the moral "ought," there isn't even a *prima facie* reason to suppose that epistemic judgments are normative in this sense. If referring to moral properties is a necessary condition for a judgment's being normative and we reject any reduction, in part or in whole, of epistemic judgments to moral judgments, then we will have removed epistemic judgments from the class of normative judgments. Fumerton, R. *Epistemic Justification and Normativity*. In STEUP, M., *op. cit.*, p.52.

sofos a abandonar o descritivismo em ética ou combiná-lo com alguma versão do subjetivismo.

Eu não tenho certamente nenhum interesse em negar que, quando um sujeito decide que é epistemicamente racional crer que *P*, às vezes (ou mesmo geralmente) termina por crer em *P* como consequência, e se a existência de uma propensão em crer que o julgamento epistemicamente racional da crença do sujeito significa que os julgamentos epistêmicos têm força normativa, eu concedo que eles podem ser normativos neste sentido (outra vez, o caráter normativo de um julgamento é, agora, uma matéria para a investigação empírica).¹³²

2.3.2 Regras e Normatividade

Mesmo não identificando os julgamentos normativos com julgamentos prescritivos, segundo Fumerton, um sujeito pode continuar supondo, por exemplo, que Hare estava ‘desenvolvendo’ algo em sua tentativa de caracterizar o que torna julgamentos normativos especiais. Para ele, um grande número de filósofos preocupados com meta-ética tem procurado ancorar o significado de julgamentos éticos a regras. Hare pensou nelas como imperativos universais, contudo, o sujeito não necessitaria ir tão distante para abraçar a conclusão de que os julgamentos morais envolvem sempre pelo menos a referência implícita a regras. Julgar que um sujeito deve fazer *X* é julgar que as regras morais relevantes obrigam o sujeito a fazer *X*. Julgar que é moralmente permissível para um sujeito fazer *X*, é julgar qual são as regras morais relevantes que não proibem o sujeito de fazer *X*. E julgar que seria errado para um sujeito fazer *X* é julgar que as regras morais relevantes o proibem de fazer *X*.

¹³² If moral judgments describe objective properties, it is more than a little difficult to see how the mere belief that something has the property can in itself necessarily motivate the person to pursue that thing. If the connection is only contingent, then the claim that it exists might be philosophically unproblematic (though empirically suspect). I certainly have no interest in denying that when one decides that it is epistemically rational to believe *P*, one sometimes (or even usually) ends up believing *P* as a result, and if the existence of a propensity to believe what one judges epistemically rational to believe is all that is meant by claiming that epistemic judgments have normative force, I concede that they might well be normative in this sense (though again, the normative character of a judgment is now a matter for empirical investigation). Fumerton, R. *Epistemic Justification and Normativity*. In STEUP, M., *op. cit.*, p.52.

Se nós focarmos nossa atenção para julgamentos sobre o que uma pessoa legalmente está obrigada, permitida, ou proibida de fazer, se pode supor que aqui também os conceitos relevantes devem ser definidos pela referência as regras, desta vez às regras da lei. Ações legalmente proibidas são aqueles em que às regras da lei proíbem. Ações legalmente permitidas são aquelas que as regras da lei não proíbem.

Talvez, então, nós devemos ver os julgamentos normativos como aqueles que fazem referência implícita às regras que prescrevem, permitem e proíbem determinadas ações ou movimentos, e os julgamentos epistêmicos podem ser vistos como paradigmaticamente normativos porque há determinadas regras de inferência que nos dizem quando nós devemos crer, quando somos permitidos a crer, ou proibidos de crer em determinadas proposições.¹³³

Em meta-ética, segundo Fumerton, não há nenhum consenso sobre se (i) os julgamentos morais envolvem sempre referência às regras ou (ii) sobre como nós devemos compreender aquelas regras. Algumas regras, por exemplo, as regras que os utilitaristas tem em mente quando analisam o conteúdo de julgamentos morais, podem elas mesmas ser pensadas como proposições que têm valor de verdade. Assim, de acordo com alguns utilitaristas as regras relevantes tomam o seguinte formato: é sempre (prima facie) certo fazer alguma ação do tipo X.

A declaração da regra será verdadeira se uma determinada proposição que descreve as conseqüências das pessoas que seguem essa regra e comparada às conseqüências de suas regras alternativas for verdadeira. As regras da lei, as regras de um jogo, ou as regras de etiqueta, podem ser pensadas melhor como os imperativos que não são nem verdadeiros nem falsos. As proposições que descrevem ações particulares como permissíveis ou não permissíveis relativas às regras são verdadeiras ou falsas, mas são assim, porque relatam o que as regras relevantes prescrevem e proíbem. Um sujeito pode, naturalmente, ter a mesma aproximação com respeito aos julgamentos morais, mas, como eu indiquei, ele certamente não necessita.¹³⁴

¹³³ “Perhaps, then, we should view normative judgments as those that make implicit reference to rules that prescribe, permit, and prohibit certain it actions or moves, and epistemic judgments might be viewed as paradigmatically normative because there are certain rules of inference that tell us when we must believe, are permitted to believe, or are prohibited from believing certain propositions”. Fumerton, R. *Epistemic Justification and Normativity*. In STEUP, M., *op. cit.*, p.53.

¹³⁴ The statement of the rule will be true if a certain proposition describing the consequences of people following that rule compared to the consequences of their following alternative

Se os julgamentos epistêmicos envolverem a referência implícita às regras, como devemos pensar sobre estas regras? Se um sujeito for um não-cognitivista com relação às regras relevantes, ele poderá pensar que as regras de inferência não dedutivas, por exemplo, são como os imperativos que não são nem verdadeiros nem falsos. Os julgamentos epistêmicos individuais são verdadeiros ou falsos, mas somente porque relatam o que as regras epistêmicas relevantes obrigam, permitem e proíbem. Segundo Fumerton, a maioria dos epistemólogos resistiria a esta sugestão.

Os julgamentos epistêmicos não são mais normativos do que os julgamentos legítimos sobre necessidade e possibilidade são normativos. Tais julgamentos também envolvem implicitamente a referência a proposições gerais. Para reivindicar que é legitimamente possível que X, é provavelmente justo reivindicar que a junção das leis de natureza, L, é logicamente consistente com a proposição que descreve a ocorrência de eventos de X. Eventos “obedecem” leis no sentido de que nós podemos de uma forma útil generalizar sobre tipos de eventos que ocorrem sempre. No mesmo sentido, as crenças individuais são justificadas ou não em virtude de exemplificar determinadas propriedades gerais, onde nós pensamos em “regras” da epistemologia como generalizações que descrevem os tipos de circunstâncias onde a crença é justificada.¹³⁵

2.3.3 Objetivo, Fim e Normatividade

Segundo Fumerton, Richard Foley (1987)¹³⁶ e outros epistemólogos sugeriram que seria proveitoso para nós podermos ver os diferentes deveres como uma espécie de grupos semelhantes. Posta de forma crua, a idéia de Foley é que todos julgamentos normativos avaliam a eficácia de se atingir objetivos ou fins. Em um sentido, todos os

rules is true. The rules of law, the rules of a game, or the rules of etiquette, might be better thought of as imperatives that are neither true nor false. Propositions describing particular actions as permissible or impermissible relative to the rules are true or false but are so because they report what the relevant rules prescribe and prohibit. One can, of course, take precisely the same approach with respect to moral judgments, but as I indicated, one certainly need not. Fumerton, R. *Epistemic Justification and Normativity*. In STEUP, M., *op. cit.*, p.53.

¹³⁵ Epistemic judgments are no more normative than judgments about lawful necessity and possibility are normative. Such judgments also implicitly involve reference to general propositions. To claim that it is lawfully-possible that X is probably just to claim that the conjunction of the laws of nature, L, is logically consistent with the proposition describing the occurrence of X. Events “obey” laws in the sense that we can usefully generalize over kinds of events that always occur. In the same sense, individual beliefs are justified or not in virtue of exemplifying 'certain general properties, where we think of the "rules" of epistemology as generalizations describing the kinds of conditions under which beliefs are justified. Fumerton, R. *Epistemic Justification and Normativity*. In STEUP, M., *op. cit.*, p.54.

¹³⁶

juílgamentos normativos são espécies dos juílgamentos a respeito da racionalidade prátca. Existem diferentes tipos de juílgamentos normativos a respeito do que devemos fazer e em que devemos crer, porque há diferentes objetivos ou fins aos quais nós somos levados a enfatizar. Assim, quando nós estamos falando sobre a ação moral justificada (o que nós devemos moralmente fazer), o objetivo relevante pode ser algo como produzir o bem moral (evitando o mal) e as ações que nós devemos executar são aquelas que nos conduzem ao objetivo de produzir moralmente um mundo melhor.

Para Fumerton, quando nós estamos preocupados com o que a prudência nos diz, os objetivos relevantes ou fins a serem considerados se expandem, talvez para incluir tudo que é desejado intrinsecamente, por exemplo. Em uma visão (de um modo grosseiro), o que um sujeito prudencialmente deve fazer é maximizar a satisfação de seus desejos. O que um sujeito deve fazer legalmente é uma extensão de uma ação que satisfaz ao objetivo de seguir uma lei. Deste modo, o que um sujeito deve fazer, por exemplo, do ponto de vista da etiqueta é uma consequência de se seguir os objetivos ou fins estabelecidos pelos peritos que se preocupam sobre tais coisas. Assim, tudo o que o sujeito tem de fazer para que o seu “dever” epistêmico caiba nesta estrutura (e, assim, classificar como útil o tipo de juílgamento epistêmico normativo que tem) é delinear os objetivos ou fins relevantes que definem em que se deve epistemicamente crer. E os candidatos óbvios são os objetivos duplos de crer no que é verdadeiro e evitar crer no que é falso.

Se Pascal estiver certo sobre sua famosa aposta, a crença em deus pode ser o caminho que um sujeito deve prudencialmente seguir, focalizando em tais objetivos como evitar a dor e procurar o conforto. Se você prometeu a seus pais crer em Deus, se for bom manter a promessa, e se não houvesse nenhum outro efeito bom ou mal em considerar tal crença, pode se seguir *prima facie* que você deve *moralmente* crer na existência de Deus. Mas nenhum destes juílgamentos normativos é relevante para o fato de se você deve epistemicamente crer na existência de Deus. A única consideração relevante deste juílgamento normativo é a eficácia com que tal crença contribui ao objetivo de crer no que é verdadeiro e evitar a crença naquilo que é falso.¹³⁷

¹³⁷ If Pascal were right about his famous wager, belief in God might be the path one *prudentially* ought to follow, focusing on such goals as avoiding pain and seeking comfort. If

Por mais que esta visão seja plausível e potencialmente esclarecedora, como pode parecer inicialmente, é, segundo Fumerton, destinada ao fracasso. Suponha, por exemplo, que um cientista está interessado em ganhar um subsídio para a sua pesquisa de uma organização religiosa. Embora ele pense que a crença na existência de Deus é manifestadamente irracional (da perspectiva epistêmica), ele descobre que esta organização lhe dará o subsídio somente se concluir que ele é religioso. Mais adiante, ele tem razões para crer que, sendo ele um péssimo mentiroso e que a menos que ele comece realmente a crer na existência de Deus, descobrirão que ele é um ateu. Dado tudo isto e o desejo de perseguir a verdade e evitar a falsidade, ele pode concluir que deve crer na existência de deus (ou fazer o melhor que ele pode para ter aquela crença sobre a existência de Deus). Contudo, Fumerton vê esta crença como epistemicamente irracional. Para ele, *nós não podemos compreender a racionalidade epistêmica simplesmente nos termos de ações projetadas para satisfazer aos objetivos de crer no que é verdadeiro e evitar crer no que é falso.*

Como um sujeito pode modificar esta visão para que possa contornar esta dificuldade? Foley sugere a restrição do objetivo epistêmico relevante a aquilo que cremos *agora* ser verdadeiro e *agora* evitamos crer no que é falso. Mesmo isto, entretanto, cairá vítima de uma versão mais revisada da objeção apresentada acima. Suponha, para torná-lo simples, que a crença está sobre o controle voluntário do sujeito e que eu sei que há um ser todo-poderoso que fará imediatamente com que eu creia maciçamente em falsidades *agora*, a menos que eu aceite a conclusão epistemicamente irracional de que há unicórnios. Parece, então, que, para realizar o objetivo de crer no que é verdadeiro e evitar crer no que é falso *agora*, eu devo outra vez adotar uma crença epistemicamente irracional.¹³⁸

you have promised your parents to believe in God, if it is good to keep a promise, and if there are no other good or bad effects of such a belief to consider, it might follow that *prima facie* you *morally* ought to believe in the existence of God. But neither of these normative judgments is relevant to whether you *epistemically* ought to believe in the existence of God. The only consideration relevant to this normative judgment is the efficacy with which such a belief contributes to the goals of believing what is true and avoiding belief in what is false. Fumerton, R. *Epistemic Justification and Normativity*. In STEUP, M., *op. cit.*, p.54-5.

¹³⁸ How might one modify the account to circumvent this difficulty? Foley suggests restricting the relevant epistemic goal to that of *now* believing what is true and *now* avoiding belief in what is false. Even this, however, will fall prey to a revised (albeit more farfetched) version of the objection presented above. Suppose, to make it simple, that belief is under one's voluntary control and that I know that there is an all-powerful being who will immediately cause me to believe massive falsehood *now* unless I accept the epistemically irrational conclusion that

Para Fumerton, a solução óbvia para as alegações de Foley é, neste momento, restringir o objetivo relevante que define como dever epistêmico aquele de crer no que é verdadeiro agora com respeito a uma dada proposição. Se eu epistemicamente devo crer que há um Deus, o único objetivo relevante é aquele de crer naquilo que é verdadeiro com respeito à pergunta se há ou não um Deus. Segundo ele, nós devemos ser muito cautelosos ao afirmarmos isto, para que a descrição feita acima não desmorone a distinção entre a crença verdadeira e a crença epistemicamente justificada ou racional. Se nós formos consequencialistas e entendermos o que devemos fazer ou crer como uma função da extensão de que nossas ações e crenças satisfazem realmente aos objetivos relevantes, então trivialmente nós devemos epistemicamente crer em Deus quando houver um Deus, e nós não devemos epistemicamente crer em Deus quando não houver nenhum Deus.

Foley sugere, neste momento, que é algo sobre a crença que um agente tem (ou mais precisamente teria depois de um determinado processo de reflexão) sobre a eficácia de conseguir os objetivos epistêmicos que são relevantes na avaliação do que se deve epistemicamente crer. Mas há uma maneira muito mais natural de explicar o relacionamento entre objetivos epistêmicos e o que a pessoa deve crer, do mesmo jeito que há uma maneira mais natural de explicar a relação relevante que uma pessoa possui entre seus objetivos morais e o que a pessoa deve moralmente fazer e seus objetivos prudenciais e o que a pessoa deve prudencialmente fazer. O movimento óbvio é dizer simplesmente que o que a pessoa deve crer é uma função daquilo que a pessoa está justificada em crer e que realizará o objetivo de crer agora no que é verdadeiro com respeito a uma dada proposição. Mas isto é, naturalmente, uma maneira complicada de dizer que a pessoa está justificada, em crer naquilo em que ela está justificada em crer, uma descrição inteiramente plausível, contudo pouco esclarecedora.¹³⁹

there are unicorns. It would seem that to accomplish the goal of believing what is true and avoiding belief in what is false *now*, I must again adopt an epistemically irrational belief. Fumerton, R. *Epistemic Justification and Normativity*. In STEUP, M., *op. cit.*, p.55.

¹³⁹ Foley suggests at this point that it is something about beliefs an agent has (or more precisely would have after a certain process of reflection) about the efficacy of achieving the epistemic goals that is relevant to evaluating what one epistemically ought to believe. But there is a much more natural way of explicating the relationship between epistemic goals and what a person ought to believe, just as there is a more natural way of explicating the relevant relation that holds between a person's moral goals and what a person morally ought to do and a person's prudential goals and what a person prudentially ought to do. The obvious move is to say simply that what a person ought to believe is a function of what that person is *justified* in believing would accomplish the goal of believing now what is true with respect to a given

Fumerton chama a atenção para o fato de que, em muitas definições de padrões consequencialistas de moralidade e racionalidade prática, é também crucial introduzir conceitos *epistêmicos* nas análises de como um sujeito deve agir moral ou prudencialmente. Ele discutiu em alguns detalhes que os conceitos de como um sujeito deve agir moralmente e de como um sujeito deve agir racionalmente são extraordinariamente ambíguos.

Considere um sadista que mata por prazer um pedestre na rua quando, todavia, esse pedestre (desconhecido pelo sadista) era um terrorista que estava para explodir a cidade. Há certamente um claro *sentido* em que o sadista não se comportou como deveria moralmente ter se comportado. Como podemos reconhecer que uma pessoa fez o que deveria ter feito mesmo quando as conseqüências são muito mais desastrosas do que se ela tivesse resultado de uma outra alternativa? Como podemos reconhecer se uma pessoa se comportou como não deveria ter se comportado mesmo quando as conseqüências estão longe de serem as melhores se resultassem de uma outra alternativa? Segundo Fumerton, a resposta parece óbvia. *Nós devemos reconhecer a relevância da perspectiva do agente epistêmico.*

Para determinar o que alguém (moral ou prudencialmente) deveria ter feito, nós devemos considerar no que esta pessoa está epistemicamente justificada em crer dadas as conseqüências prováveis e possíveis da ação a se realizar. Certamente, eu discuti que há, literal e indefinidamente, muitos conceitos derivados de moralidade e de racionalidade que também incorporam o que uma pessoa estava justificada epistemicamente em crer sobre a moralidade ou a racionalidade das ações, dado uns conceitos mais fundamentais da moralidade e da racionalidade. Mas, se, à análise dos conceitos familiares sobre o que a pessoa deve fazer, deve ser incorporada a situação epistêmica do agente, é simplesmente um erro tentar assimilar o “dever” epistêmico ao “dever” da moralidade ou da racionalidade prática. De fato, uma compreensão dos “deveres” da moralidade e da racionalidade prática são parasíticos a uma compreensão do racional e crença justificada. Seria tolo... tentar compreender conceitos

proposition. But that is, of course, a convoluted way of saying that what a person is justified in believing is what a person is justified in believing, an account entirely plausible but less than enlightening. Fumerton, R. *Epistemic Justification and Normativity*. In STEUP, M., *op. cit.*, p. 56.

epistêmicos fundamentais nos termos de que o agente epistêmico estava justificado em crer sobre as conseqüências prováveis e possíveis de ter alguma crença.¹⁴⁰

Para Fumerton, se algum julgamento for normativo, este será um julgamento ético, porém, a menos que alguma versão do não-cognitivismo for verdadeira, os julgamentos éticos descrevem alguma característica do mundo precisamente no mesmo sentido em que outros julgamentos descrevem alguma característica do mundo. Ele explorou a idéia de que a característica relevante do mundo pode ser a existência das regras que possuem um valor de verdade, e que esta pode ser a essência de sua normatividade, viu também que um grande número de filósofos morais negaria que as regras morais relevantes não possuem um valor de verdade e que um número maior ainda de epistemólogos resistiria à sugestão análoga de que as regras epistêmicas relevantes não possuem um valor de verdade.

Segundo Fumerton, a idéia de que todos os julgamentos normativos fazem referência implícita a metas e fins deram pouco conforto à idéia de que os julgamentos epistêmicos são normativos, para uma reflexão, a maneira em que outros julgamentos normativos envolvem a referência às metas e fins parece pressupor uma compreensão prévia da probabilidade epistêmica. Parece ainda mais impossível reivindicar que há

¹⁴⁰ To determine what someone (morally or prudentially) ought to have done, we must consider what that person was epistemically justified in believing the probable and possible consequences of the action to be. Indeed, I have argued that there are literally indefinitely many derivative concepts of morality and rationality that also take into account what a person was epistemically justified in believing about the morality or rationality of actions, given more fundamental concepts of morality and rationality. But if the analysis of familiar concepts of what a person ought to do must take into account the epistemic situation of the agent, it is simply a mistake to try to assimilate the epistemic "ought" to the "ought" of morality or practical rationality. In fact, an understanding of the "oughts" of morality and practical rationality is *parasitic* on an understanding of rational or justified belief. It would be folly, needless to say, to try to understand fundamental epistemic concepts in terms of what the agent was epistemically justified in believing about the probable and possible consequences of having a certain belief. Even philosophers who do not mind "big" circles in their philosophical theories will get dizzy traveling the circumference of this one. Fumerton, R. *Epistemic Justification and Normativity*. In STEUP, M., *op. cit.*, p.56.

uma conexão conceitual entre julgamentos sobre a justificação epistêmica, elogio e culpa.

Conclusão

Neste trabalho, nós tentamos oferecer uma contribuição sobre a normatividade em Epistemologia, com foco em sua expressão mais ousada, que é o Deontologismo Epistêmico.

No início do trabalho, vimos o quão importante foi o artigo seminal de Edmund Gettier para o estudo do problema da justificação epistêmica. Seus exemplos nos mostraram a fragilidade do tradicional conceito de conhecimento, originalmente desenvolvido por Platão. Observou-se que tanto internalistas quanto externalistas tentaram solucionar tal problema sem, contudo, obterem um resultado satisfatório na resolução de tal problema, que até hoje continua mostrando a sua importância nos textos de epistemologia.

Vimos que o Deontologismo Epistêmico utilizou termos deônticos, emprestados da ética, para expressar a normatividade do conceito de justificação epistêmica, recorrendo à noção de dever epistêmico. Entretanto, a analogia traçada entre os conceitos éticos e epistêmicos foi colocada em questão por aqueles epistemólogos que defendem o chamado involuntarismo doxástico.

Vimos, também, que, apesar dos problemas apontados por seus críticos em relação ao voluntarismo doxástico, o Deontologismo Epistêmico procurou responder a essas

críticas. Entre as muitas que foram dadas, está a de Feldman, que procurou responder a tal desafio, alegando que deveres epistêmicos são semelhantes a obrigações contratuais. Ele alegou que, se obrigações contratuais não exigem uma atitude voluntarista, então os deveres epistêmicos também não o precisariam exigir. Todavia, Feldman abandonou o seu modelo contratual de obrigações epistêmicas e assumiu um novo, no qual os deveres epistêmicos surgem como resultado do desempenho de algum tipo de papel. Assim, qualquer pessoa que forma ou mantém sua crença desempenha o papel de agente doxástico.

Foi também discutida, aqui, a distinção entre a justificação subjetiva e objetiva, que é considerado por muitos epistemólogos, como mais um forma de analogia entre a ética e a epistemologia. Alguns epistemólogos identificaram a noção deontológica com a justificação epistêmica subjetiva, enquanto outros a identificaram com justificação epistêmica objetiva. Vimos que Feldman rejeitou a idéia de uma similaridade entre a justificação epistêmica subjetiva moderada e justificação objetiva. Para ele, o conceito de justificação epistêmica objetiva não é similar, mas sim, equivalente ao conceito de justificação epistêmica moderada subjetiva, e que, assim, esta relação é muito diferente da que ocorre na ética.

E, finalmente, exploramos alguns pontos fundamentais que caracterizam de forma contundente o conceito de normatividade. Vimos que não é tão simples quanto parece caracterizar a normatividade epistêmica tendo como modelo a normatividade ética. Assim, para muitos epistemólogos, parece ser impossível reivindicar uma conexão conceitual entre julgamentos sobre justificação epistêmica e julgamentos éticos.

Referências Bibliográficas

de ALMEIDA, C. Uma versão do Deontologismo Epistêmico. In SOUZA, D.G. (Org.). *Amor scientiae: Festschrift em homenagem a Reinholdo Aloysio Ullmann*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p.121-135.

ALSTON, William. *Internalism and Externalism in Epistemology*. In CRAIG, E. (Ed.) *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. London and New York: Routledge, 1998.

_____. Concepts of Epistemic Justification. Reprinted. In Alston, W. *Epistemic Justification; Essays in the Theory of Knowledge*. Ithaca: Cornell University Press, 1989.

_____. The Deontological Conception Of Epistemic Justification. In Alston, W. *Epistemic Justification; Essays in the Theory of Knowledge*. Ithaca: Cornell University Press, 1989.

AYERS, M. Locke, John (1632-1704). In CRAIG, E. (Ed.). *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. London and New York: Routledge, 1998.

BERGMAN, M. Deontology and Defeat. *Philosophy and Phenomenological Research* 1, 2000, p. 87-102.

BONJOUR, L. *The Structure of Empirical Knowledge*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985.

CHISHOLM, R. *Theory of Knowledge*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

_____. *Theory of Knowledge*. 2. ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1977.

_____. *Theory of Knowledge*. 3. ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1989.

CLIFFORD, W. The Ethics of Belief. Disponível em:
http://www.infidels.org/library/historical/w_k_clifford/ethics_of_belief.html. Acesso em: 22/10/2006. Originally published in *Contemporary Review*, 1877. Reprinted in *Lectures and Essays*, 1879. Presently in print in *The Ethics of Belief and Other Essays*. Amherst, NY: Prometheus Books, 1999, p. 70-96.

COHEN, J. *An Essay on Belief and Acceptance*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

CONEE, E. *Normative Epistemology*. In CRAIG, E. (Ed.). *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. London and New York: Routledge, 1998.

CONEE, E. and FELDMAN, R. Evidentialism. *Philosophical Studies* 48, 1985, p. 15-34.

_____. *Some Virtues of Evidentialism*. In *Perspectives in Contemporary Epistemology*, Veritas, editado por Claudio de Almeida, 2005, pp.95-108.

DANCY, J. Ethics and Epistemology. In DANCY, J. and SOSA, E., *op. cit.*

DAVID, M. Truth as the Epistemic Goal. In STEUP, M. (Ed.). *Knowledge, Truth, and Duty*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2001, p. 151-169.

DESCARTES, R. *Discurso do Metodo; As paixoes da alma; Meditafoes; Objeções e Respostas; Cartas Rene/ Descartes*; introdução de Gilles-Gaston Granger; prefacio e notas de Gerard Lebrun; tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Junior. Sao Paulo: Abril Cultural (coleção Os Pensadores), 1973.

FELDMAN, RICHARD. *Epistemology and Ethics*. In CRAIG, E. (Ed.). *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. London and New York: Routledge, 1998.

_____. *Subjective and Objective justification in Ethics and Epistemology*, *The Monist*, Vol. 71, No.3, jully 1988.

_____. *The Ethics of Belief*. *Philosophy and Phenomenological Research* 3, 2000, p. 667-695.

_____. *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ : Prentice Hall, 2003.

_____. *Epistemological Duties*. In Moser, K. P. (Ed.). *The Oxford Handbook of Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2002, pp.486-7.

_____. Epistemic Obligations. *Philosophical Perspectives* 2, 1988, p.235-256.

FIRTH, R. *Are Epistemic Concepts Reducible to Ethical Concepts?*

KIM, J. *Values and Morals*. D. Reidel: Dordrecht, 1978, p. 215-225.

FOLEY, R. *The Theory of Epistemic Rationality*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987.

FRAZIER, R. L. Duty. In CRAIG, E., *op. cit.*

FUMERTON, R. Epistemic Justification and Normativity. In STEUP, M., *op. cit.*, p.49-60.

GETTIER, EDMUND. *Is Justified True Belief Knowledge?*. In *On knowing and the known: Introductory Readings in Epistemology*. Edited by Kenneth G. Lucey.

GINET, CARL. *Alston on Epistemic Justification*. In *Perspectives on the Philosophy of William P. Alston*.

GINET, C. *Knowledge, Perception, and Memory*. Dordrecht: Reidel, 1975.

GOLDMAN, ALVIN. *A Causal Theory of Knowing*. Em **Liaisons**, *Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*. Cambridge: The MIT Press, 1991.

_____. *Justification: A Rule Framework*. Em *Epistemology and Cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

_____. *The Internalism Conception of Justification*, p.36-63, em *Epistemology: Internalism and Externalism*, Edited by Hilary Kornblith.

HAACK, S. The Ethics of Belief Reconsidered. Reprinted. In STEUP, M., *op. cit.*, p.21-33.

HEIL, J. 1983. Doxastic Agency. *Philosophical Studies* 43, p. 355-364.

JAMES, W. 1967. *Pragmatismo e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Lidador, 1967.

_____. *The Will to Believe*. In R. P. Wolff. *Ten Great Works of Philosophy*. New American Library: Signet Classic, 2002, p.563.

- KIM, K. The Deontological Conception of Epistemic Justification and Doxastic Voluntarism. *Analysis* 54, 1994, p. 282-284.
- KORNBLITH, H. Justified Belief and Epistemically Responsible Action. *The Philosophical Review* 92, 1983, p. 33-48.
- KLEIN, PETER. Knowledge, Concept of. In CRAIG, E. (Ed.). *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. London and New York: Routledge, 1998.
- KVANVIG, J. Subjective Justification. *Mind*, 1984, p. 71-84.
- LEHRER, K. *Theory of Knowledge*. Boulder: Westview Press, 1990.
- LOCKE, J. *An Essay Concerning Human Understanding*. New York: DOVER, 1959. (Collated and annotated, with prolegomena, biographical, critical, and historical by Alexander Campbell FRASER).
- MEEKER, K. Chisholm A way at Plantinga's Critique of Epistemic Deontology. *Australasian Journal of Philosophy* 76.1, 1998, p. 90-96.
- MULLER, FELIPE. *Deontologismo Epistêmico*. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2004.
- PLANTIGA, ALVIN. *Warranty: The Current Debate*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- POLLOCK, JOHN. *The Gettier Problem*. On knowing and the known: Introductory Readings in Epistemology, p.90. Edited by Kenneth G. Lucey
- _____. *A Plethora of Epistemological*. In Pappas, G. S. *Knowledge and justification*. Dordrecht: D. Reidel, 1979.
- _____. and Cruz, J. *Contemporary Theories of Knowledge*. 2.ed. Lanham, USA: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 1999.
- STEUP, MATTHIAS. *An Introduction to contemporary epistemology*. New Jersey: Prentice Hall, 1996.
- _____. *Doxastic Voluntarism and Epistemic Deontology*, *Acta Analytica*, Volume 15 — Issue 24; p.25-56.
- _____. *The Deontic conception of Epistemic Justification*, *Philosophical Studies* 53 (1988) 65-84.
- STRAWSON, G. Free Will. In CRAIG, E., *op. cit.*

SWINBURNE, R. *Epistemic Justification*. Oxford: Clarendon Press, 2001.

TIDMAN, P. Critical Reflection: An Alleged Epistemic Duty. *Analysis* 56.4, 1996, p. 286-276.

H. VAHID. *Deontic vs. Nondeontic Conception of Epistemic Justification*. *Erkenntnis* 49, 1988, p.285-301.

ZAGZEBSKI, LINDA. *Virtues of the Mind: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge*. Cambridge University Press, 1996.